



Anais da Assembléia

N.º 135

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1984.

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 125.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1984

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Djalma de Almeida César e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 276/84

Curitiba, 06 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, até o limite de Cr\$ 365.197.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil cruzeiros), objetivando complementar recursos insuficientemente dotados, na forma a seguir especificada:

DOTAÇÃO: 8700.04401111.745 - subelemento 3.2.3.1.

Os recursos para o crédito supramencionado são provenientes do disposto no § 1.º, item III, do art. 43, da Lei Federal

n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar com os bons auspícios dessa Colenda Casa para uma rápida tramitação e aprovação do presente anteprojeto, reafirmo a Vossa Excelência minhas expressões de apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 373/84

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 365.197.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Art. 2.º — Servirá para cobertura dos Créditos de que trata o artigo anterior, igual importância de recursos do Tesouro, em conformidade com o art. 43, § 1.º, item III, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 277/84

Curitiba, 06 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, até o limite de Cr\$ 153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), objetivando a abertura de rubricas orçamentárias para viabilizar a execução do Projeto PRORURAL a ser executado pela própria Entidade, na forma a seguir especificada:

DOTAÇÃO: 8700.04401111.745 - elemento 4.1.1.0 e 4.1.2.0.

Os recursos para o crédito supramencionado, são provenientes do disposto no § 1.º, item III, do art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar com os bons auspícios dessa Colenda Casa para uma rápida tramitação e aprovação do presente anteprojeto, reafirmo a Vossa Excelência minhas expressões de apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 374/84

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial até o limite de Cr\$ 153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, Projeto Assistência Técnica e Extensão Rural - PRORURAL, elementos 4.1.1.0 e 4.1.2.0.

Art. 2.º — Servirá como cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de recursos do Tesouro, em conformidade com o Art. 43, § 1.º, item III, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 278/84

Curitiba, 06 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Estado do Paraná - IAPAR, até o limite de Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos para despesas de capital, insuficientemente dotados, na forma a seguir especificada:

Dotação: 8600.04400551.751 - elementos 4.1.1.0 e 4.1.2.0.

Os recursos para o crédito supramencionado são provenientes do disposto no § 1.º, item III, do art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar com os bons auspícios dessa Colenda Casa para uma rápida tramitação e aprovação do presente anteprojeto, reafirmo a Vossa Excelência minhas expressões de apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 342/84

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

Art. 2.º - Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de recursos do Tesouro, em conformidade com o art. 43, § 1.º, item III, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 279/84.

Curitiba, 06 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, no valor de Cr\$ 265.700.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões e setecentos mil cruzeiros).

Os recursos do citado crédito servirão para atender despesas do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Ensino no Meio Rural - PRORURAL", dotação 6300.08401831.440, elemento 4.1.3.0., tendo por cobertura recursos do próprio órgão, segundo o que estabelece o item III, do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Contando com a deferência dessa Colenda Casa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e apreço.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 341/84

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, até o valor de Cr\$ 265.700.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões e setecentos mil cruzeiros).

Art. 2.º - Servirão para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, recursos do Tesouro Geral do Estado, segundo o disposto no item III, do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 280/84.

Curitiba, 06 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, as inclusas Mensagens números 276/84, 277/84, 278/84 e 279/84, solicitando que as mesmas, bem como a de número 223/84, sejam incluídas no rol das matérias a serem apreciadas no período de convocação extraordinária dessa augusta Casa de Leis, que se inicia no próximo dia 6.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 282/84.

Curitiba, 06 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, de 15 a 21 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de celebrar contrato de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, na forma da Lei n.º 7910, de 27 de setembro de 1984.

Outrossim, solicito as providências que se fizerem cabíveis para que a autorização de afastamento do País, objeto da Mensagem 258/84, e que foi concedida por essa Augusta Casa de Leis, conforme comunicação feita através do Ofício número 7032/84, dessa Presidência, seja transferida para a data de 9 de janeiro próximo.

Ponderando no sentido de que as solicitações ora formuladas sejam apreciadas no atual período de convocação extraordinária desse Legislativo, valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ofícios:

Sob os números DTL/154/84, 156/84, 157/84, 158/84, 159/84, 160/84, 163/84 e 187/84, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números 124/84, 130/84, 95/84, 122/84, 115/84, 142/84, 154/84 e 240/84, os quais convertidos em lei tomaram os números 7932, 7934, 7935, 7936, 7937, 7938, 7941 e 7964. - Anote-se. Arquite-se.

Sob o número DTL/188/84, do Sr. Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei Complementar n.º 160/84, o qual convertido em lei tomou o número Lei Complementar 23. - Anote-se. Arquite-se.

Sob os números DTL/189, 190, 191, 192, 193, 194,

195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205 e 206/84, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs 268, 302, 322, 126, 226, 189, 114, 196, 118, 139, 140, 144, 119, 143, 132, 131, 90 e 148/84, os quais convertidos em Lei tomaram os n.ºs 7.963, 7.966, 7.965, 7.967, 7.968, 7.969, 7.970, 7.971, 7.972, 7.973, 7.974, 7.975, 7.976, 7.977, 7.978, 7.979, 7.980 e 7.981. — Anote-se. Arquive-se.

Sob o n.º DTL 207/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 260/84, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado. — À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Hilda Munin Brzezinski.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI, AMÉLIA HRUSCHKA
RUBENS BUENO e MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

SÚLULA: Requer voto de profundo pesar.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora HILDA MUNIN BRZEZINSKI, dia 08 próximo passado; haja vista que a mesma era esposa do Deputado Federal Francisco Irineu Brzezinski.

Solicitamos ainda, que seja enviado expediente para a família enlutada, bem como para o gabinete do ilustre Deputado, acima citado.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, em data de ontem, do eminente cientista paranaense Professor Leonel Moro.

Tal passamento é deveras lamentável à cultura paranaense e nacional, traduzindo-se em perda irreparável.

Professor de Astrofísica da Universidade Federal do Paraná, Leonel Moro, apesar de sua grande capacidade intelectual, era um homem simples, que conquistava a todos que dele se acercavam. Possuidor de vasta obra nos campos da Matemática e da Física, seus conceitos, estudos e inclusive teorias foram e continuam a ser objeto de estudos e pesquisas por instituições científicas das mais abalizadas do mundo.

Deixa viúva a Senhora Neuza Calderari Moro e quatro filhos.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada e à Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor AVELINO PASUCH, ocorrido dia 7 do corrente.

Tal passamento vem de consternar a sociedade de Bituruna, onde o mesmo residia, exercendo atividades no setor do comércio local. Pessoa das mais conceituadas, era casado com a Senhora Elide Pasuch, deixando três filhos menores. Chefe de família exemplar, deixa no seu grande círculo de amizade lacuna irreparável, junto à comunidade biturinese.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um VOTO DE PESAR pelo falecimento em 09 de dezembro próximo passado, em nossa Capital, do renomado Professor Leonel Moro, cientista paranaense. Professor de Astrofísica da Universidade Federal do Paraná, Professor de Introdução à Física, de Física Experimental, de Mecânica e uma das maiores autoridades do mundo em Ótica; faleceu deixando uma obra vasta em Física e Matemática, inclusive teorias que ainda estão sendo analisadas pelas principais academias mundiais de ciências.

Uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma à família do pranteado, e à Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora HILDA MUNIN BRZEZINSKI, esposa do Senhor Francisco Irineu Brzezinski, Deputado Federal, ocorrido dia 8 p.p., nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja levado ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua Brzezinski, 1167 — 87.300 — Campo Mourão - PR.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Sr. PEDRO SPERANDIO LOPES, presidente da Autarquia Municipal de Esportes e Turismo de Londrina, pela brilhante programação comemorativa ao cinquentenário do município.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Prefeito do Município de Londrina, Sr. Wilson Moreira, pelo transcurso do cinquentenário daquele município, no dia 10 de dezembro de 1984.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Em momento de júbilo para o Município de Londrina, não poderia deixar de cumprimentar nossa cidade a todos que por ela lutaram, transformando o pequeno lugarejo dos anos 30 na potência que hoje representa para o Estado e para o País.

Coincidentemente quando Londrina comemora seu cinquentenário, encontramos a pior situação de sua história, mas não só por isso, deixamos de acreditar no trabalho administrado por Vossa Excelência, que pouco a pouco vem refazendo os caminhos, que um dia a transformaram na segunda cidade do Paraná e a terceira do Sul do País.

Parabéns, pela conduta administrativa coerente com o momento. Austeridade e cumprimento dos compromissos do PMDB. Constituem o reconhecimento majoritário do povo londrinense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, um voto de congratulações ao Município de Formosa do Oeste, pelo transcurso de seu 23.º aniversário de fundação, ocorrido dia 08 próximo passado.

REQUER ainda, que da decisão deste Plenário, seja dado conhecimento à população de Formosa do Oeste, através do Sr. Ney Camargo Machado, D.D. Prefeito Municipal e Sr. Antonio Gianini, D.D. Presidente da Câmara Municipal, da referida localidade.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Londrina, Dr. WILSON RODRIGUES MOREIRA, pela passagem da data do cinquentenário do município e pela brilhante programação comemorativa organizada pela Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO para

o Município de JANDAIA DO SUL, pelo transcurso do seu aniversário, em 14 de dezembro de 1984.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: PERSEU MATHEUS PUGLIESI, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador MILTON JOSÉ PUPIO FILHO, mui digno Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de congratulações e expressões de cumprimentos à Direção da RÁDIO DIFUSORA DE PONTA GROSSA, na pessoa de seu Diretor, Sr. Arthur Cesar Pina, extensivo aos demais membros integrantes, pelas comemorações alusivas ao 25.º Aniversário de funcionamento daquela emissora, levadas a efeito a 05 do fluente.

Desta decisão, REQUER ainda, seja dada ciência àquela emissora, no seguinte endereço: Rua 15 de Novembro, 439 – Ponta Grossa – PR.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O empresário Matias Machline pode ser considerado como um dos símbolos da capacidade de trabalho, iniciativa e empreendimento do homem de empresa brasileiro. Presidente das Empresas Machline, que reúne a Sharp, Sid, Digibanco e SDB Seguros, aquele líder empresarial tem sido reconhecido como um exemplo de otimismo e de empreendimento que deve ser seguido.

Razão disso, sem dúvida, é a homenagem que lhe presta hoje a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil – ADVB, ao escolhê-lo como o Homem de Vendas do Ano – 1984.

Compartilhando desta justa homenagem, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de congratulações ao empresário Matias Machline, em virtude da homenagem que recebe da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil – ADVB.

Por outro lado, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com o Sr. ABDO AREF KUDRI pela sua eleição, por aclamação, como Presidente da Associação dos Proprietários de Jornais.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à pessoa supra citada.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO para o Município de COLORADO, pelo transcurso do seu 30.º Aniversário, em 10 de dezembro de 1984.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos Senhores: Dr. RENATO CARDOSO MACHADO, Digníssimo Prefeito Municipal e ALEIXO SALVADOR CARRENHO, mui digno Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um VOTO DE CONGRATULAÇÃO pelo transcurso de mais um aniversário do Município de FAXINAL, em 14 de dezembro de 1984.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos Ilustríssimos Senhores: DR. JOSÉ CARLOS ALVES BASTIANI, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador ISAIAS PINTO SIQUEIRA, mui digno Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um VOTO DE CONGRATULAÇÃO para o Município de BORRAZÓPOLIS, pelo transcurso do seu aniversário, em 14 de dezembro de 1984.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: RODOLFO HAIDER, Digníssimo Prefeito Municipal, e BERNARDO MELCHERT, mui digno Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 29.º (vigésimo nono) aniversário do Município de ARAPOTI, a ser comemorado no dia 18 (dezoito) do mês em curso.

REQUER, outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele município; que se transforma com uma rapidez impressionante, mas que não perde as suas características de origem.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações a Terra Boa pela comemora-

ção, no dia de hoje, do seu 29.º aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Elso Garcia Segura; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Kensuke Uratani e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das agremiações partidárias existentes.

No dia 13 de julho de 1955, era criado, de acordo com a Lei n.º 2.411, o Município de Terra Boa, que então se desmembrou de Engenheiro Beltrão. No mesmo ano, no dia 11 de dezembro, acontecia a instalação do móvel municipal, sendo que, na mesma oportunidade, era empossado o primeiro Prefeito eleito, Excelentíssimo Senhor Carlos Marcondes.

Sem dúvida que tais acontecimentos foram não somente por serem históricos, mas especialmente pelo fato de que tal período marcou decisivamente a arrancada do desenvolvimento, já que Terra Boa, desde então, graças à sua independência política e administrativa, podia determinar seu próprio destino.

É imprescindível lembrar que Terra Boa deve muito aos seus pioneiros que, como fundadores, além de acreditar no que se podia extrair do solo fértil, foram os responsáveis pela construção das primeiras casas residenciais bem como as destinadas ao comércio, que foram surgidas à medida que a produção agrícola apresentava resultados satisfatórios. Pode-se citar, como primeiros moradores, os Senhores Dadirce Damásio de Souza, João Celestino de Souza, Manoel de Souza, Levino de Souza, Francisco Mariano, Manoel Evaristo da Silva, Arthur Marques e Clodoaldo Barbosa Braga.

Nos dias de hoje, Terra Boa tem o seu desenvolvimento sustentado pelas atividades agropastoris distribuídas numa área total de 317,550 km² que corresponde ao município, destacando-se também a população rural, que, de acordo com o Censo realizado em 1980, atinge pouco mais de 9 mil ruralistas, e 7.267 residem no perímetro urbano, totalizando 16.268 habitantes.

Não poderia, neste sentido, deixar de REQUERER o devido e justo registro nos Anais deste Poder, de votos de congratulações a Terra Boa, como forma de procurar reconhecer que, esta cidade, ao completar 29 anos de sua fundação, representa uma economia regional das mais sólidas, só possível ante ao esforço destemido de sua gente, cuja labuta tem permitido a superação das eventuais dificuldades e permitido um crescimento cada vez maior.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à jovem Alessandra Kaul pela conquista do título de campeã mundial de simples feminino de tênis, pelo Campeonato Mundial Infantil disputado em Caracas, Venezuela, com conseqüente encaminhamento àquela tenista.

Não poderia deixar de registrar nos trabalhos da sessão realizada nesta tarde, votos de congratulações à jovem tenista Alessandra Kaul, que já de há muito tempo tem se dedicado à prática de tal esporte.

Fora de qualquer dúvida que a conquista do título de campeã mundial de simples feminino, categoria 12 anos, pode

representar para muitos, até mesmo uma grande surpresa. No entanto, somente as pessoas que mesmo de forma superficial acompanham o desenrolar esportivo e em especial o tênis, sabem de, ao superar diversos países através de suas representantes jogadoras, Alessandra Kaul chega a tal condição, não por acaso. Pois isto significa o resultado de quem tem se dedicado intensivamente a treinamentos onde o objetivo sempre foi o de superar as eventuais dificuldades e aperfeiçoar os índices técnicos.

Vale destacar também que a conquista não somente deste importante e histórico título (já que nenhuma outra brasileira ganhou o primeiro lugar na mesma competição) mas de muitos outros eventos, deve-se, notadamente, ao apoio de seus pais, que mesmo diante de algumas dificuldades, ante ao custo elevado de tais competições, como viagens e estadias por diversos países, não têm medido esforços para assegurar a sua sempre destacada participação na prática do tênis.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de fundação do Município de Marilândia do Sul, a ser comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Marilândia do Sul vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, que Marilândia do Sul vem demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, razão pela qual esta Casa como legítima representante do povo paranaense não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e firmeza de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de fundação do Município de Quinta do Sol, a ser comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Quinta do Sol vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, que Quinta do Sol vem demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário

nacional, razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo paranaense, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e firmeza de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de Quinta do Sol, bem como ao Sr. Florivaldo Peres de Marcos — Presidente do Diretório Municipal do PDS.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de fundação do Município de Lunardelli a ser comemorado no próximo dia 19 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Lunardelli vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, que Lunardelli vem demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, razão pela qual esta Casa como legítima representante do povo paranaense não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e pujança de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de fundação do Município de São João do Ivaí, a ser comemorado no próximo dia 20 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que São João do Ivaí vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, que São João do Ivaí vem demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo paranaense, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e pujança de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de fundação do Município de Borrazópolis, a ser comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Borrazópolis vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, que Borrazópolis vem demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo paranaense, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e firmeza de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de fundação do Município de Faxinal, a ser comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Faxinal vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade.

Desde a sua fundação que Faxinal vem se demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo paranaense, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e firmeza de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de Faxinal.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de fundação do Município de Jandaia do Sul, a ser comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Jandaia do Sul vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, que Jandaia do Sul vem demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo paranaense, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e firmeza de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ser ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de voto de louvor ao GRUPO FOLCLÓRICO UNIÃO JUVENTUS de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Nascido oficialmente no dia 03 de janeiro de 1960, o Grupo Folclórico UNIÃO JUVENTUS tem como finalidade manter, divulgar e cultivar as manifestações culturais da etnia polonesa, através da dança, música, canto e dramatização em festivais folclóricos, festividades e eventos públicos.

Pela sua importância, o grupo figura entre os melhores representantes da etnia polonesa, tendo sido laureado pelo Departamento de Cultura da Polônia como o grupo que preserva a essência da tradição polonesa de forma mais fidedigna em toda a América Latina, além de figurar nos boletins culturais de Secretarias da Cultura de todo o País.

Portanto, o Grupo Folclórico União Juventus já passa a figurar como um traço da manifestação cultural brasileira, inserindo-se também como formadora da identidade nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado proposta ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Alceu Conceição Machado, no sentido de que a localidade de Iracema, Município de Formosa do Oeste, seja elevada à condição de Distrito Judiciário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O crescente progresso do Oeste paranaense determinou o surgimento de comunidades novas e populosas, dentre as quais, Iracema, no Município de Formosa do Oeste.

Com o passar do tempo, essas novas localidades vão reclamando maior estrutura administrativa, o que consolidará o seu progresso e fixará sua laboriosa população que não terá de percorrer longas distâncias para a obtenção de documentos necessários às suas atividades comerciais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, apelo para que seja efetivada a criação e instalação do Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado, no Município de Paranavaí, atendendo uma legítima expectativa da comunidade rural daquele pólo regional, representada pelo pedido de dezenove Sindicatos de Trabalhadores Rurais, conforme documentação anexa.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

Persistimos em levar ao Chefe do Executivo, como legítimos representantes do povo, a presente reivindicação da comunidade rural da Região Noroeste do Estado, da criação e implantação do Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado, em Paranavaí pelas razões que passamos a expor:

— A constatação da defasagem e inadequação do sistema educacional brasileiro é bastante antiga, tendo os movimentos renovadores dos anos 20 encontrado, por parte dos conservacionistas, a resistência esperada.

— apesar das inúmeras reformas de ensino que se processaram a partir da República, tem a defasagem se acentuado, e no que tange às escolas agrícolas, elas são insuficientes e inadequadas para atender a demanda efetiva e potencial da educação nas áreas rurais;

— continuamos, pois, com a negra tradição de um ensino elitista desvinculado da realidade e dos contextos culturais nos quais se insere, e ainda que não seja essa situação uma prerrogativa paranaense, cabem certas medidas para corrigir as distorções.

Dessa forma, nos parece, que além de "inócuo" como pareceu ao Senhor Nircélio Zabet, M.D. Assessor da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, seja essa providência adequada e viável na medida em que representa um anseio justo de toda uma comunidade rural, que foi além de sentido, expressamente manifestado por dezenove Sindicatos de Trabalhadores Rurais, quais sejam os de: Paranavaí, Florai, Itaúna do Sul, Loanda, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paracity, Planaltina do Paraná, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Maristela, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, Tamboara, Terra Rica, Mandaguacu e Amaporã.

Isso posto, insistimos na urgência dessa iniciativa, que cabe tão bem no discurso que nos elegeu e está escrito no Programa Básico do PMDB (Políticas Sociais), item 8: "Na educação agrícola, o quadro de deficiências atinge o extremo.

Quando existe algo neste setor é apenas um medíocre de ensino urbano transplantado. A verdade é que a educação do trabalhador agrícola brasileiro praticamente não foi inaugurada."

É, pois, o momento de inaugurarmos, através da implantação do Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado, um sistema aberto à experimentação e à aplicação da pesquisa para que possamos atingir o nível desejável, em instituição do gênero, voltada para os interesses sociais emergentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando uma kombi para a Casa do Menor Desamparado de Faxinal, que por ora não possui, não tendo como transportar esse menores.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário da Fazenda, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando a instalação de um Posto de Arrecadação da Secretaria da Fazenda no Distrito de Iracema — Município de Formosa do Oeste.

REQUER, ainda, que seja enviada cópia aos Vereadores de Formosa do Oeste, bem como à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A nossa proposta vem ao encontro da operosa população de Iracema e, por que não dizer, do próprio Estado do Paraná, haja vista que a instalação de um Posto de Arrecadação naquela localidade beneficia o contribuinte e o poder público estadual, simultaneamente.

O primeiro será servido sem perdas de tempo no próprio local de suas atividades, sem percorrer longas distâncias e o Estado será atendido no recolhimento de seu tributos sem atraso e sem uso de mecanismos que penalizam a laboriosa classe produtora de Iracema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Francisco Deliberador Neto, DD. Presidente do DETRAN, enfatizando a necessidade de viabilizar a construção do prédio próprio da CIRETRAN, no Município de LOANDA — PR.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Anexamos ao presente, a Lei aprovada em 24 de maio de 1982, que autorizou a Prefeitura Municipal de Loanda a doar ao Estado do Paraná, os lotes números 10, 11 e 12 (dez, onze e doze), da Quadra nº 402, da Planta Geral daquela cidade, destinados à construção da sede própria da CIRETRAN, no município.

O prédio que abriga atualmente a CIRETRAN, não oferece as mínimas condições de uso, e coloca em risco a segurança pessoal dos seus responsáveis e usuários, além de denegrir a imagem dessa repartição estadual no município.

O Município de Loanda, nos últimos tempos, alcançou um expressivo desenvolvimento, o que o qualifica sobremaneira para merecer uma sede própria para a CIRETRAN, e assim, poder prestar um atendimento eficiente e isento de riscos para as

populações de PORTO RICO, SÃO PEDRO DO PARANÁ e principalmente, de LOANDA.

À vista do exposto, solicitamos de Vossa Excelência sejam envidados todos os esforços no sentido de viabilizar a realização desta obra, que é uma antiga e justa reivindicação de todos os municípios que compõem a CIRETRAN do Município de LOANDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o sobe-rano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros a serem aplicados na melhoria e ampliação dos trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Municipalidade de Janiópolis.

Aquela organização sindical tem se pautado, ao longo de sua existência, por uma atuação cujo trabalho tem sido voltado para seus associados que, por sua vez, representam significativa parcela da coletividade de Janiópolis.

No entanto, há a real necessidade de dinamizar ainda mais os serviços prestados pela referida entidade de representação. Além da ampliação da estrutura existente, é imprescindível a eliminação de algumas deficiências.

De acordo com ofício encaminhado ao Deputado que abaixo subscreve, e assinado por seu Ilustríssimo Senhor Presidente, Luiz Francisco Simões, a participação do Governo do Estado é de fundamental importância, tendo em vista que, nos cofres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não existe recursos capazes de assegurar a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor DR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, DD. Secretário de Estado das Finanças, que informe o que se pede abaixo:

- a) Quais os dez municípios que arrecadaram mais ICM, no Estado, nos exercícios de 1983, até junho passado, dando nome e valores;
- b) quais as importâncias revertidas a cada um dos dez municípios beneficiados.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Consta que Paranaguá, que é um município pequeno, sem indústria, comércio e agricultura de expressão, figura como o segundo maior beneficiário em devoluções de ICM do Estado. Que seja esclarecida a razão daquele privilégio, pois, não se justifica que outros municípios produtores, como Apucarana, fiquem relegados a plano inferior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER seja enviado Pedido de Informações à Casa Civil do Governo do Paraná, visando esclarecer a possível operacionalização de contratos artísticos, com a participação evidente de órgãos estaduais, que recentemente trouxe a espetáculos a cantora Fafá de Belém, por diversos municípios paranaenses, dando resposta aos seguintes quesitos:

1. Foi contrato artístico entre a cantora Fafá de Belém, ou seu preposto, e o Governo do Paraná, para apresentação pelos municípios?
2. Se o foi, que tipo de envolvimento teve o Governo do Estado, especialmente considerando-se a maciça campanha publicitária envolvendo o BANESTADO?
3. A quanto montou financeiramente a participação publicitária do BANESTADO?
4. Que outros custos financeiros houveram e quais os demais órgãos estaduais envolvidos?
5. Considerando-se a clara vinculação do Governo Estadual na programação, pergunta-se:
 - a) Nas apresentações, pelos municípios, houve distribuição gratuita de ingressos?
 - b) Quantos e a quem foram distribuídos esses ingressos pelos municípios?
6. Quantas vezes ocorreu esse tipo de promoção artística, a partir de março/83, com participação tão enfática do Governo Estadual?

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O Governo que foi instalado no Estado o Paraná a partir de março/1983, tinha propósitos de absoluta transparência e honestidade em suas ações, relativamente à população em geral. Entretanto, tão logo assumiu, começaram a surgir fatos que se contrapunham àquela proposição e que iniciaram o processo de conspiração da atual administração estadual, causando grande repercussão em todos os meios locais e nacionais.

Paulatinamente, essas ações ilegais ou sem ética do Poder Executivo foram sendo desvendadas e dissecadas, mostrando o outro lado de um poder mistificado como puro e original.

A partir, então, do surgimento de denúncias e de sua respectiva comprovação, cada ato administrativo tem sido visto com desconfiança pela população paranaense, cabendo ao Poder Legislativo, também com função fiscalizadora, a tomada de iniciativas com orientação no sentido de levantar o véu onde existe a dúvida, sobretudo, dando guarida aos reclamos do povo, que quer ações justas e equânimes.

Na recente estada da cantora Fafá de Belém no Paraná, quando se apresentou em vários municípios, ficaram muitas dúvidas acerca do aparato promocional que cercou os eventos, especialmente considerando-se a ênfase propagandística dada pelo BANESTADO, bem como os demais detalhes da promoção e que jamais foram divulgados, apesar do assédio justo da imprensa. Mais nebulosa ainda identificou-se a transação, pela vinculação notória da artista com o aparato festivo que sempre cercou os comícios e as manifestações públicas do candidato do PMDB à Presidência da República.

Na opinião pública ficou a nítida impressão de que se promoveu os espetáculos da cantora pelos municípios, como se fosse uma retribuição à sua presença nos comícios e com o seu tempo e cachês perdidos, especialmente pela inusitada e surpreendente campanha publicitária, envolvendo o Banco citado

que cercou aquelas apresentações.

Urge uma explicação convincente e bem fundamentada à população, acerca de tão estranha operação promocional, especialmente por não se ter conhecimento de outra, anterior a essa, com as mesmas características, em torno de apresentações artísticas.

Este questionamento diz respeito apenas e tão somente ao envolvimento do Poder Executivo Estadual no favorecimento a determinada artista, esta com evidentes liames ao esquema promocional da campanha política em andamento, sem haver contestação ao nível dos espetáculos e à excepcionalidade da qualificação artística da cantora referida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Estado da Administração, o seguinte pedido de informações:

1. A Secretaria recebeu o Ofício n.º 159/84, do Poder Judiciário, que trata da remessa de fotocópia do Acórdão n.º 447, de 30/8/84, referente aos autos de Mandado de Segurança n.º 08/84, de Curitiba, em que figura como impetrante Antonio Soares Portugal e como impetrado a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e como litisconsorte o Estado do Paraná?

Em caso afirmativo:

- 1) em qual data ocorreu o recebimento?
- 2) quais as providências tomadas para o cumprimento do acórdão?

2. A Secretaria recebeu o Ofício n.º 233, de 5 de dezembro de 1984, da Presidência do Poder Judiciário que comunicou o trânsito em julgado do referido Mandado de Segurança?

Em caso afirmativo:

- 1) em qual data ocorreu o recebimento?
- 2) quais as providências tomadas para o cumprimento da ordem judicial?

3. A Secretaria tomou conhecimento do pedido de Intervenção Federal apresentado pelo impetrante e protocolado no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 22 de outubro de 1984 e das razões no mesmo contidas?

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Na defesa de direito líquido e certo, o advogado Antonio Soares Portugal impetrou mandado de segurança, concedido unanimemente em 30 de agosto de 1984. O respectivo acórdão n.º 447/84, foi publicado em 12/9/84, tendo sido comunicada a decisão em 12 de setembro de 1984, conforme informações do Tribunal de Justiça do Estado.

Embora na época não estivesse transitado em julgado a decisão, após 40 dias da expedição do comunicado à Secretaria da Administração o impetrante requereu intervenção Federal, diante do não cumprimento da ordem. O embasamento do pedido se fez por normas reguladoras do procedimento e pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O referido processado foi devidamente autuado e distribuído, conforme despacho da Presidência do Tribunal de Justiça exarado em 22/10/84, estando em tramitação.

Outrossim, segundo consta nos apontamentos do Tribunal de Justiça foi expedido à Secretaria da Administração, ofício da Presidência do Tribunal de Justiça, no dia 5 do corrente,

comunicando ter se tornado definitiva a decisão judicial de concessão do mandado de segurança.

Preocupa-nos, o fato de não ter sido dado cumprimento à ordem, conforme informações colhidas pelo impetrante, o que poderá ensejar a requerida intervenção Federal em nosso Estado, além de outras sanções previstas em lei.

Como cabe a este Poder Legislativo a função de fiscalizar os atos da administração pública, necessárias às informações que ora pleiteamos para que a Casa não seja surpreendida com a possível adoção da medida legalmente solicitada pelo interessado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, da matéria publicada na "Gazeta do Povo", à página 31, em sua edição desta data, sob o título "BASTA DE GOVERNO!"

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja transcrito nos Anais deste Poder Legislativo, o inteiro teor do discurso anexo, proferido pelo Senhor HÉLIO CAMPOS, representante dos Empresários do Paraná, da tribuna desta Casa, durante a visita do Senhor Tancredo Neves, futuro Presidente da República, ocorrida no dia 06 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inteiro teor da Carta de Conclusões firmada pela Associação Profissional dos Geólogos do Paraná - AGEPAR, no Simpósio "Alternativas para a Política Mineral no Paraná", realizado nos dias 13 e 14 de novembro próximo passado, com o apoio desta Casa e da Minerais do Paraná S/A - MINERO-PAR.

Uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma à Associação Profissional dos Geólogos do Paraná, na pessoa de sua Presidente, SENHORA MARTINA GRASEL PUGNALONI.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inteiro teor do documento firmado por ocasião do "Seminário Nacional do PMDB sobre Política Energética", realizado em nosso Capital, no período de 4 a 6 do corrente.

Contando com a presença de renomados expositores, o

referido Seminário teve em sua pauta temas, de relevante importância, tais como: Atualidade e Perspectivas da Política Energética Brasileira; a Questão do Carvão; Formas Alternativas de Produção de Energia; A Questão do Petróleo; A Questão do Alcool; Atualidade e Perspectivas da Política Nuclear Brasileira; Atualidade e Perspectivas do Setor Elétrico Brasileiro; Energia, Meio Ambiente e Impactos Sociais.

Obs: Em anexo, cópia do sumário do referido Seminário Nacional, parte integrante da presente proposição.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoio: MÁRIO PEREIRA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 380/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. LUIZ GONZAGA PINTO.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

O Dr. LUIZ GONZAGA PINTO nasceu em 21 de junho de 1920, em Piranguinho, Distrito de Itajubá, Estado de Minas Gerais. É filho de Basílio Pinto e Amélia Dias Pinto, sendo o terceiro dos doze filhos que o casal gerou.

Depois de concluir o ginásio em Itajubá, transferiu-se para Ouro Preto, onde realizou o curso de Engenharia Civil e Metalúrgica na Universidade Federal daquela cidade mineira. De origem humilde, enquanto cursava a Universidade, lecionava no Ginásio e na Escola Técnica de Ouro Preto, afluindo os rendimentos que lhe permitiam a continuidade dos estudos.

Antes de findar o curso de engenharia, trabalhou na fábrica de alumínio Saramenha, nas proximidades de Ouro Preto e após formado foi contratado como engenheiro e passou a trabalhar na construção do trecho rodoviário ligando Divinópolis à Formiga.

No dia 1º de maio de 1947, casou-se com Glaura Barbosa da Silva, natural de Uberaba. O casal permaneceu em Formiga até 1949, ali nascendo a primeira filha, Maria Cecília.

A família transferiu-se para Uberaba, posteriormente para Taubaté, em São Paulo, onde o Dr. Luiz Gonzaga Pinto passou a trabalhar na construção do trecho da Via Dutra entre Jacareí e Taubaté.

Ao ser transferido para a Capital de São Paulo, foi contratado pela BAYTON que o designou para trabalhar no Paraná, onde estava sendo iniciada a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Em 1950, já com dois filhos, o casou passou a residir em Ponta Grossa, onde fincou raízes definitivas e passou a viver intensamente a comunidade pontagrossense.

Em 08 de setembro de 1954, fundou a METALÚRGICA

SANTA CECÍLIA, iniciando a concretização de um velho sonho: dirigir uma fábrica genuinamente brasileira para produção de bronzinas e mancais. A então pequena indústria cresceu rapidamente e com a colaboração decisiva de seis irmãos, todos engenheiros eletrotécnicos, tornou sólida uma das mais importantes empresas brasileiras do setor.

A METALÚRGICA SANTA CECÍLIA S/A., proprietária da marca SMAGON, atua no campo da produção de componentes mecânicos, peças de alta precisão chamadas mancais de deslizamento, também conhecidas como bronzinas. São aplicadas em motores a explosão de baixa, média e alta potência; compressores de ar e gás; bombas; turbinas a gás, a vapor e hidráulicas; moinhos; britadores; laminadores; locomotivas; navios; tratores; geradores e motores elétricos e em diversos outros equipamentos agrícolas, de mineração e industriais.

Quando o Dr. Luiz Gonzaga Pinto idealizou e começou a implantação dessa indústria, a atividade era incipiente no País. No Paraná era totalmente desconhecida, pois ainda vivíamos o ciclo da predominância quase total da indústria da madeira, embora já fossem sentidos os primeiros sinais da falta de matéria-prima.

O pioneirismo e a importância dessa indústria pode ser corretamente avaliada ante um fato concreto e impressionante: 90% dos produtos da Metalúrgica Santa Cecília são substituídos de produtos similares importados. Essa empresa pontagrossense é responsável pela geração de preciosas divisas para a nossa balança comercial. Hoje, os produtos da Santa Cecília são tão bons ou melhores do que os similares importados. Graças a esse trabalho pioneiro, o Brasil começou a deixar de importar mancais ou buchas dos enormes laminadores de chapas de aço das usinas siderúrgicas, na área da petroquímica, da indústria naval, mineração, ferroviária, geração de energia (térmica ou elétrica), agricultura e muitos outros setores industriais.

Essa indústria modelo conta hoje com 155 funcionários e gera mensalmente 70 milhões de cruzeiros de tributos, sendo que desse total 20 milhões de cruzeiros representam recolhimento de ICM.

O Dr. Luiz Gonzaga Pinto, desde que chegou à Ponta Grossa, não se limitou ao trabalho em sua indústria. Identificado com a sociedade, sempre se destacou como líder comunitário, jamais negando sua colaboração aos movimentos reivindicatórios, religiosos e assistenciais.

Em 1960 foi eleito presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, tendo sido reeleito dois anos após. Atualmente exerce novamente essas funções. À frente do órgão representativo dos comerciantes e industriais da Princesa dos Campos, liderou diversos movimentos em favor da comunidade pontagrossense. Deve-se ao seu tirocínio a deflagração do processo de industrialização, pois foi no âmbito da Associação Comercial e Industrial que foram dados os primeiros e concretos passos que transformaram Ponta Grossa num dos principais centros industriais do Paraná.

Participou, também, ativamente da vida pública. Quando da criação da CODEPAR, exerceu um dos cargos da diretoria daquele órgão, que foi o embrião do atual BADEP.

Em 1972 foi eleito Prefeito de Ponta Grossa, cargo que exerceu até 1975, quando aceitou o convite do então Governador

dor Jaime Canet Júnior, para ocupar o posto de Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Paraná. Foi responsável pela efetiva instalação dessa Secretaria de Estado e durante sua gestão foram criados o TECPAR, a MINEROPAR e o CENDI. A sua grande preocupação à frente da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, foi a de estabelecer uma política de industrialização para o Paraná.

Finda a gestão do Governador Jayme Canet Júnior, Luiz Gonzaga Pinto retornou a Ponta Grossa, reassumindo suas funções de presidente da Metalúrgica Santa Cecília S/A, dirigindo-a ao lado de seus irmãos e de dois de seus filhos, Luiz Alexandre - administrador de empresas e Luiz Marcos, engenheiro eletrônico.

Esse é o perfil de um homem que vive no Paraná há 34 anos. Homem profundamente dedicado à família, ao trabalho, à formação dos jovens, aos problemas comunitários, à promoção social do trabalhador.

A concessão do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Luiz Gonzaga Pinto, é ato de justiça por quanto já fez, pelo Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 381/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE CANTAGALO, com sede e foro em Cantagalo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1984.

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja reconhecida de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da filantropia e assistência social à comunidade de Cantagalo, nos termos dos Estatutos Sociais.

Justo, portanto, que haja o reconhecimento público, o que estamos propondo através do plano de lei que ora propomos à consideração dessa augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Além dos registros e dos expedientes que nesta tarde submetemos à aprovação dos nobres colegas Deputados o referente a uma mensagem, a um expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, solicitando informações sobre a cinpetência que podem ter os clubes de serviço, atuantes no País, para desenvolver campanhas de desenvolvimento familiar, no País, em virtude de uma recente declaração do médico paranaense, Kit Abdalla, afirmando que cem mil associados do Lions Club do Brasil passariam a defender a implantação do Conselho Nacional do Planejamento Familiar e das atividades do planejamento familiar no País, conforme a proposta do Brigadeiro do Estado Maior das Forças Armadas, Valdir Vasconcellos, a nossa intenção é de esclarecer devidamente, o que há de verdadeiro nas afirmações do Sr. Kit Abdalla e na competência ou nas condições de que isso de

fato venha a ser levado adiante.

Acreditamos que não se trata de uma deliberação amadurecida e discutida seriamente pelos cidadãos que participam dos Clubes de Serviço de nosso Estado.

O segundo requerimento, diz respeito a um expediente dirigido à Secretaria de Saúde do Estado, ao escritório do DENTEL, do nosso Estado, solicitando informações sobre a existência de programas radiofônicos, ou emissoras que veiculam mensagens que induzem a população à prática do curandeirismo.

A imprensa nacional, na semana passada, divulgou as providências que a Secretaria de Saúde de São Paulo e do Rio Grande do Sul vêm tomando em relação a essas verdadeiras falcatruas que determinadas emissoras de rádio ou programas radiofônicos, iludindo a crença popular e confundindo medicina popular, a utilização científica do saber popular na questão da saúde, vem introduzindo, dia a dia, através das potências radiofônicas e através da utilização da angústia da população que, diante da crise econômica, vem tendo a sua saúde cada vez mais debilitada.

Além desses dois registros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nossa intenção, também, solicitar a transcrição nos Anais da Casa, de uma correspondência, remetida a 4 de novembro, deste ano, pelo Sr. Jurandir Luciano dos Santos, cidadão de Londrina, ao Sr. Governador da Paraíba, Wilson Braga, na qual, somente lendo dois parágrafos, para demonstrar a importância e a nossa decisão de, nessa tarde, solicitar essa transcrição. (Lê):

"Londrina, 04 de novembro de 1984.

EXMO. SR.

WILSON BRAGA

Governador da Paraíba

JOÃO PESSOA - PB

Com a presente venho à presença de Vossa Excelência, no sentido de expressar minha maior decepção pela sua atitude política, apoiando o Deputado Paulo Maluf à Presidência da República.

Sou paraibano de Bananeiras, morei em João Pessoa durante muito tempo, fui funcionário da Rádio Tabajara da Paraíba, cinco anos, na época do ilustre governador José Américo de Almeida. Saindo de João Pessoa, fui para São Paulo, onde trabalhei por muitos anos nas emissoras unidas, Rádio Record, Panamericana e São Paulo. Acompanhei muitas campanhas políticas em São Paulo, dos Srs. Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Carvalho Pinto e outros.

Como radialista na época, não me lembro de problemas tão graves para o nosso País, com respeito à corrupção ou qualquer baderna que envolvesse os candidatos citados, como acontece no momento com o Sr. Paulo Maluf, conforme se acompanha através de toda a imprensa.

No momento, estou residindo em Londrina, e acompanho com muita atenção esta campanha à presidência da República, e creio que nester termos estou expressando o pensamento de milhares de paraibanos que aí estão, e que também se sentem decepcionados com a atitude de Vossa Excelência.

Todo o povo brasileiro acompanha o desenrolar de uma campanha totalmente frustrada, fracassada e malfadada por parte do candidato Paulo Maluf e que deixa toda a população também frustrada e decepcionada com tantos deslizes em torno de um homem que se propõe a governar o nosso País.

Os maiores órgãos de imprensa do Brasil, como a Revista

"Veja", "Manchete", "Rede globo", "Rede Bandeirantes" e grandes jornais do País, constantemente estão publicando as maiores irregularidades e atos de corrupção sobre o candidato, e assim mesmo Vossa Excelência o apóia, contrariando a maioria e até a sua própria esposa, conforme foi noticiado pela imprensa.

Não acredito na sua fidelidade partidária, nem acredito que Vossa Excelência seja malufista por simpatia ou por acreditar na sua vitória. Esta decisão nos deixa realmente com muitas dúvidas, já que muitos outros Governadores do PDS, principalmente os do Norte e Nordeste ficaram com o candidato real, sério, autêntico e que será, sem dúvida, o nosso Presidente, Dr. Tancredo Neves.

Como paraibano que sou, tenho saudades de tantos e ilustres conterrâneos como João Pessoa, José Américo de Almeida, Rui Carneiro, Solon de Lucena e outros políticos que, nas horas de decisões importantes e de grandes momentos de transições políticas, souberam honrar esta terra tão querida, que tanto espera um futuro melhor.

Tenho certeza, Sr. Governador, que o voto será aberto e declarado, e que no dia da eleição, o sr. e seus liderados, irão optar pelo candidato certo, Tancredo Neves, honrando assim o desejo e a vontade de milhões de paraibanos que serão representados pelo voto dos políticos; e se assim não ocorrer, pedimos a Deus que ilumine o futuro Presidente Tancredo Neves, para que não leve em consideração sua decisão, e que não sejam os paraibanos prejudicados, que o Dr. Tancredo Neves, como Presidente, possa atender as necessidades e os anseios do povo paraibano.

A decepção com relação à atitude de Vossa Excelência não é só minha; mais decepcionados estão aqueles que votaram em seu nome para Governador da Paraíba, e tenho certeza, Vossa Excelência nunca mais irá à praça pública pedir votos, nem pelo PDS nem por outro partido; o povo não esquecerá aqueles que não fazem bom uso do mandato conferido por ele, e que não se portam com dignidade dentro dos princípios democráticos.

O nosso Governador daqui do Paraná, Sr. José Richa, até o presente momento, vem honrando os que o elegeram, desde que se iniciou na vida pública como Deputado Estadual, Federal, Senador, depois prefeito de Londrina e atualmente Governador. Porém, se um dia deixar de atender a vontade da maioria, também terá dificuldades para seguir sua carreira política.

O povo brasileiro está precisando de homens sérios, de caráter e personalidade, e com pensamentos voltados ao bem-estar de todos os brasileiros.

Existem muitos políticos pregando uma falsa democracia, uma democracia ilusória apenas pela conquista de poder. Mas, os que são realmente democratas, estão com os ideais voltados para o povo e para o desenvolvimento do País; estes sim, sem dúvida, um dia hão de liderar e governar o nosso povo dentro dos padrões de liberdade, igualdade e fraternidade, levando-o assim a sonhar em ser num futuro bem próximo, filho de uma potência política, econômica e social.

Esperamos que Vossa Excelência desperte para este novo Brasil e siga o pensamento dos que acreditam em democracia plena com a participação de toda a sociedade.

Sem mais para o que se apresenta no momento, subscrevo-me,

Atenciosamente.

(a) JURANDYR LUCIANO DOS SANTOS

Londrina - Paraná"

É nesse estilo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esse cidadão londrinense faz chegar ao Governador Wilson Braga, da Paraíba, sua decepção e seu apelo; para que reveja sua posição de apoio ao candidato Paulo Maluf. Embora a data, já de 04 de novembro, já traga outras conotações na data de hoje, achamos importante que se registre esta iniciativa isolada, mas que seguramente representa...

Sr. Presidente, peço que conste na íntegra a leitura.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje assomamos esta tribuna para, de viva voz, deixar registrada a passagem de mais um dia comemorativo à Bíblia, ocorrido no segundo domingo de cada mês, dia 09 de dezembro último.

Romamos essa iniciativa, porque cremos ser este livro o principal responsável por convivemos com pessoas conscientes de uma vida mais harmoniosa com os princípios dos direitos humanos, com a democracia e o amor ao próximo.

Parece difícil admitir que um livro possa incutir e manter essas normas de conduta na sociedade, mas é isso que os historiadores vêm registrando, ao pesquisarem o surgimento e desenvolvimento do cristianismo.

Ele surgiu quando o Império Romano já entrava em fraca decadência. Na esteira dessa decadência, houve a destruição moral, espiritual, a concentração da riqueza nas mãos de poucos e o aumento da violência, como hoje vemos ocorrer na civilização ocidental. Primeiro, os grandes e dirigentes elitizados, depois, todo o povo, participavam de imensas orgias, tanto em particular como de público.

No entanto, o historiador César Cantudo, afirmou que o povo daquela época se admirou da mudança de comportamento dos que aceitavam a nova religião. Há, por exemplo, o registro de uma mulher convertida em Cartago, que não aceitou mais ser objeto de orgias, indo acaso parar na justiça da época. Também foi notado o comportamento de mulheres mártires, preocupadas com o próprio pudor, mesmo em meio às violências das arenas romanas.

O que faziam aqueles primeiros cristãos, tão diferentes aos seus decadentes concidadãos? Pode-se dizer que foram as pregações dos apóstolos de Cristo. É certo. Mas, sabemos que as idéias desses pregadores estão registradas na Bíblia. Podemos ir mais adiante; que todos os autores bíblicos, tanto do Velho como do Novo Testamento, que escreveram sobre a mesma coisa. Uma verdade única, que aponta para Cristo, num ato supremo de amor. Um amor que dá e não pede.

Como exemplo, podemos citar a organização civil mosaica, baseada no governo teocrático-social. Um socialismo como afirmou um simples cidadão ao estudar a Bíblia, baseado no fato que se "eu tenho mais que meus irmãos, eu divido com eles". Nunca, nunca é igual a situação atual, onde se quer tirar, até por meios violentos, o que é dos outros, para acumular nossas posses.

Ellen White, renomada escritora religiosa, afirmou que a Escritura Sagrada aponta a Deus como seu Autor; no entanto, foi escrita por mãos humanas, e no variado estilo de seus diferentes livros, apresenta características dos diversos escritores. As verdades reveladas são dadas por inspiração de Deus; acham-se, contudo, expressas em palavras de homens".

O texto bíblico que comprova essas palavras, também explicam para que serve a Bíblia: "Toda Escritura é inspirada por Deus, e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda obra". (II Tim. 3:16-17).

Em vista disso, a autora continua, no livro "Conselho aos Professores, Pais e Estudantes": "Participando dessa Palavra, é aumentada a nossa força espiritual, crescemos em graça e no conhecimento da verdade.

Fomam-se e se fortalecem hábitos de domínio próprio. Desaparecem as fraquezas da meninice: mau-humor, voluntariedade, egoísmo, palavras precipitadas, atos apaixonados e, em seu lugar, se desenvolvem as graças da varonilidade e feminilidade cristãs".

Em vista disso, confessamos que nossa vida parlamentar tem sido norteadas pelas máximas da Bíblia. Diariamente a lemos, e assim, obtemos forças para lutar pelo ideal cristão. Desejamos, sinceramente, que os nobres colegas e o povo façam o mesmo. Assim, temos certeza, não seremos uma civilização decadente, mas com um brilhante futuro, como o teve o cristianismo, antes que a Bíblia fosse esquecida.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A Executiva da Juventude do PMDB de Foz do Iguaçu e a chefia de reportagem do jornal NOSSO TEMPO, informaram-me hoje pela manhã que o Departamento de Investigações do Governo Alfredo Stroessner detiveram arbitrariamente ontem à tarde, mais quinze dirigentes partidários oposicionistas que estavam reunidos pacificamente na CASA DEL PUEBLO, sede do Partido Febrerista Revolucionário, em Assunción.

No ato da detenção, o ACORDO NACIONAL PARAGUAYO, que aglutina várias correntes oposicionistas democráticas, como o Movimento Popular Colorado — dissidência do oficialista Partido Colorado do Paraguai —, o Partido Liberal Radical Autêntico, o Partido Febrerista Revolucionário e o Partido Democrata Cristão, procurava definir a luta pela libertação dos seis agricultores presos em 1980, e que agora travam, desde a semana passada, a greve de fome como forma de resistência contra a dilação de penas pretendidas por setores do regime, que ainda teimam em mantê-los presos, mesmo depois de seu cumprimento.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a história é antiga e remonta a março de 1980, quando centenas de agricultores se levantaram contra a fome e opressão a que estavam submetidos no campo, obtendo como reação uma das mais brutais e ferozes respostas do Governo Stroessner, que deixou como saldo final cinco mortos, cinco desaparecidos, seis presos e diversos exilados, entre os quais os que ontem foram detidos.

Os seis agricultores em greve de fome nas prisões paraguaias, em agosto último, foram condenados a 4 anos e 7 meses de prisão, pela Lei 209, em primeira instância — sentença que foi mantida em julgamento no Tribunal de Alçada. Segundo esta decisão, os presos deveriam ter sido libertados no dia 14 de outubro último, mas setores da repressão política impetraram recurso junto à Corte Suprema de Justiça pedindo a condenação de 7 anos e 7 meses para os agricultores, que terá até o próximo dia 14 de dezembro, para pronunciar-se.

Com a nova investida do regime militar paraguaio, a situação dos direitos humanos naquele país se complica ainda mais. Foram detidos ontem os Srs. Anibal Adad Soley, Rodolfo Saemann, Alejandro Stumpf — estes de Foz do Iguaçu; Arturo Cabiana, presidente do Movimento Popular Colorado - MOPOCO; Mário Mallorquim, Henrique Gimenez, Faustino Centurion, Edgard Gimenez, Eduardo San Martín, Candido Ortiz, Sandino Gil Oporto, Mario Pares, Antonio González Prietto, Emilio Reinoldi e Henrique Riera. Todos estão neste momento na Central do Departamento de Investigações, na capital paraguaia. Além destes, o líder oposicionista, Baldino Ramon Lovera, está foragido na Catedral de Assunção.

Coloca-se então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a necessidade de que apelemos ao governo paraguaio no sentido de que cesse imediatamente toda a forma de perseguição contra os oposicionistas. Que seja restabelecida a liberdade de opinião, reunião e organização. Aos democratas do continente, a tarefa de solidariedade ao povo irmão do Paraguai e aos paraguaios em geral a reafirmação dos propósitos de superação urgente do regime militar com a convocação de eleições de um governo patriótico e voltado para os interesses de soberania daquele povo amigo.

Este é nosso voto e o nosso empenho".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Sabino Campos.

Antes porém, esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, de Sua Excelência o Sr. Luiz Fernando de Mazzi, Prefeito Municipal de Arapoti.

Com a palavra, o Sr. Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Na última sexta-feira, o Presidente da República, João Baptista Figueiredo, falou em cadeia nacional, para anunciar os feitos dos governos militares no campo da agropecuária brasileira.

Em meio a um emaranhado de números e estatísticas, manipulados de forma a acobertar toda a crise e as dificuldades porque passa a agropecuária brasileira, João Figueiredo encontrou espaços para também justificar as verdadeiras negociatas que se processam na área de importação e exportação de alimentos e outros produtos agropecuários.

Figueiredo afirmou que em determinados momentos se justifica importações eventuais de alimentos, para manter a oferta no mercado interno.

Em tese, esta afirmação parece constituída de razão. Mas quando ela é transferida para a prática cotidiana da economia nacional, torna-se uma grande justificativa para escabrosas negociatas, verdadeiros escândalos financeiros, que destroem completamente as bases já corridas da economia nacional.

Exemplo típico destas negociatas todos nós observamos no início do ano passado, quando a CFP vendeu, através de exportação, à multinacional Mar Rich, 700 mil toneladas de milho, no valor de 54 milhões de dólares, e em seguida, em junho, o Ministério da Agricultura importou a mesma quantidade do produto, agora pelo valor de 126 milhões de dólares.

Em apenas 4 meses o Brasil foi lesado em 72 milhões de dólares. E, logo, esta prática fez escola.

Recentemente, Srs. Deputados, foi a vez da CACEX

autorizar a importação de gordura suína animal, quando havia estoques suficientes em nossas Cooperativas para o abastecimento do mercado interno.

Evidentemente os interesses escusos de alguns poucos frigoríficos passaram por cima de milhares de suinocultores paranaenses que foram obrigados a suportar o aviltamento do preço do porco vendido no mercado.

Agora, novamente a história se repete, apenas com algumas diferenças de detalhes.

O Conselho Monetário Nacional decidiu na última quinta-feira, em reunião por telefone, autorizar a CFP a abrir licitação para a importação de 200 mil toneladas de milho, sendo que os importadores terão isenção do Imposto sobre Operações Financeiras e do Imposto sobre Importação. E também se discutiu, nessa reunião, a possibilidade de importar 100 mil toneladas de arroz. Isto tudo sob o velho e surrado argumento da necessidade de suprir o abastecimento interno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Todo o meio rural paranaense, as Cooperativas, os Sindicatos e os produtores, sabem que atualmente não há necessidade de importação de milho. Exemplo disso é que o Paraná, primeiro produtor nacional, já exportou este ano, 160 mil toneladas do produto, e a região tem milho para atender o mercado até a próxima colheita. Outro fato que comprova essa afirmação é que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina não estão mais comprando milho do Paraná, devido a regularização de seus estoques.

A única explicação viável para a importação dessas 200 mil toneladas de milho seria a formação de um estoque regulador pelo Governo Federal. Mas, sem dúvida, não é este o motivo, pois há muito o Governo Federal não se preocupa com a efetivação destes estoques reguladores.

Na verdade, a operação traz em si um cheiro muito forte de mais uma negociata, visando favorecer os atravessadores e intermediários da compra do milho.

Aqui sim começa a ficar claro o porquê desta decisão tão apressada do Conselho Monetário Nacional.

Vejamos os fatos:

Quando foi autorizada a exportação de milho neste ano, o que na época elevou o preço interno do produto, este já não se encontrava nas mãos dos produtores. Os grandes beneficiários da medida foram os grandes grupos econômicos, os intermediários, inclusive as multinacionais do setor. Agora o anúncio e a efetivação desta nova importação, justamente a 40 dias do início da colheita da safra de verão, facilitando a aquisição dos intermediários. Novamente os atravessadores irão se beneficiar sobre a infelicidade dos produtores. Novamente a especulação financeira prevalece, com a clara conivência do Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Alguns poderiam achar que esta negociata que estamos prevendo e denunciando é fruto de nossa imaginação, que não é possível tanta maquinação para beneficiar tão poucos. Mas, Srs. Deputados, os precedentes e as evidências são tantas que não temos qualquer dúvida sobre o objetivo desta importação: é pura especulação financeira.

E mais uma vez os grandes prejudicados serão aqueles que trabalharam na terra, aqueles que acreditaram nas campanhas de publicidade, que chamavam os produtores para as vantagens do plantio do milho, aqueles que na colheita estarão pressionados pelos empréstimos, pelos juros e pela correção monetária, sendo obrigados a vender seu produto a preços aviltados para os atravessadores. Os grandes prejudicados serão

aqueles que não terão condições para estocar o milho à espera de preços melhores no mercado.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalho dos agricultores, verdadeiros esteios de nosso Estado, serão pisoteados pelos interesses de um pequeno número de grandes grupos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de protestar, desta tribuna, contra mais esta medida do Governo Central, e manter a vigilância para que aqueles que ocuparam o poder durante estes 20 anos não aproveitem os dias que lhes restam para devastar ainda mais a economia de nosso País."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário, do Sr. Vereador Garibaldi Tibagi Borba, do Município de Sapopema.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Por dez minutos, o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Trajano Bastos, eu distribuí ontem para a imprensa de Curitiba, para a grande imprensa, um artigo em que analisava a estatização e os contratos de transporte coletivo em Curitiba. Certamente, é um assunto de muito pouco interesse para a cidade, porque, hoje, para minha surpresa, não consegui divisar uma única referência sobre a minha opinião quanto à nulidade desses contratos.

Não posso acreditar que a imprensa esteja fechada para a discussão desse tipo de problema. Certamente, se acredita que o transporte coletivo não tem maiores influências quanto ao nível de vida da população de Curitiba. Permito-me, então, nesta oportunidade e no Horário da Liderança do PMDB, registrar nesta Assembléia a opinião que não consegui fazer vazar para a imprensa do Estado do Paraná.

O nome do artigo é: "ESTATIZAÇÃO E CONTRATO NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA." Abro o artigo com esta epígrafe:

"Pode-se enganar algumas pessoas por muito tempo; pode-se enganar muitas pessoas por algum tempo; mas não se pode enganar todas as pessoas por todo o tempo," Citação de Abrahão Lincoln. (Lê):

"Interesses claros, poderosos e facilmente identificáveis pretendem levar confusão à questão do transporte coletivo de Curitiba. A primeira artimanha é a discussão da estatização. A segunda é o dever da administração municipal em cumprir o "Contrato de 1981". Muito dinheiro tem sido dispendido nesta "operação divercionista", pelos empresários do setor.

Quero demonstrar que a estatização é questão resolvida constitucionalmente e que o famoso contrato que lesa o público e dificulta a ação e fiscalização da Prefeitura é nulo.

O Serviço Público de Transporte Coletivo, constitucionalizado, estatizado, é algumas vezes materialmente executado por empresas privadas. Nesses casos continua a ser serviço público, atividade do Estado, delegada a pessoas jurídicas ou naturais. No caso de serviços que se realizem no âmbito restrito do município, a Constituição Federal prevê, em seu artigo oitavo, inciso XV, o sistema de concessão ou autorização

(permissão).

Autorização é ato unilateral do poder público, precário, revogável a qualquer momento e sempre estabelecido por prazo indeterminado.

A concessão, que é também uma delegação para operar, não transferindo pois a titularidade do serviço, é um ato contratual. É usada em serviços de grande vulto e que implicam em grandes inversões de capital. Tem prazo fixado contratualmente e o capital invertido é amortizado no decorrer do contrato, revertendo ao poder público concedente os bens empregados no serviço e devidamente amortizados, ao fim do prazo fixado.

Para que eventuais detentores do poder público não transformem as concessões em "negócios entre amigos" nossa legislação tem tomado alguns cuidados.

O Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, em seu artigo 127, exige a concorrência pública nos casos de "compras, obras ou serviços de vulto" e regulamenta com atenção o procedimento.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 21, estabelece a competência do Poder Legislativo, com a sanção do Governador, para autorizar:

Parágrafo VIII, item B — "A concessão, para exploração de serviços públicos estaduais ou intermunicipais".

Um parêntese para um registro. Não tenho conhecimento de que, nesta legislatura, a Assembléia tenha se reunido para autorizar alguma concessão de transporte coletivo concedida pelo Estado. Fica a questão: ou não houve concessão ou a Assembléia não exerceu a sua prerrogativa.

A mesma preocupação com a clareza e a transparência encontramos na Lei Orgânica do Município de Curitiba. No seu artigo 56, se estabelece o seguinte: "Os serviços públicos municipais poderão ser executados mediante permissão ou concessão. § 1.º — A permissão de serviço público municipal, sempre a título precário, será outorgada por Decreto. § 2.º — A concessão de serviço público municipal será outorgada na forma da lei, mediante contrato precedido por concorrência, dispensada esta quando se tratar de concessão a entidade sujeita ao controle majoritário do Poder Público.

3.º — As permissões e as concessões de serviços públicos municipais, outorgadas em desacordo com o estabelecido neste artigo, serão nulas de pleno direito.

4.º — Os serviços públicos municipais ficarão sujeitos a regulamentação e fiscalização do Município.

5.º — O município retornará, sem indenização, os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com o ato ou contrato.

No entanto, aos 15 dias do mês de setembro de 1981, o então Prefeito do PDS, assina com alguns empresários, sem concorrência pública, sem anuência da Câmara Municipal, um contrato lesivo aos interesses públicos, por 10 anos, com cláusulas absurdas que hoje dificultam a fiscalização, prejudicam os usuários e impedem a livre ação da Prefeitura na mudança do sistema.

Vejamos as cláusulas mais gritantes:

1.ª — Fica inviabilizada a correta fiscalização, por parte da Prefeitura, sobre o movimento financeiro do sistema, quando se estabelece "exclusividade da outorgada quanto à impressão, venda, emissão, cobrança e administração das passagens nas linhas, objeto do transporte coletivo".

Orá, o poder municipal só pode fixar a tarifa se detiver a informação exata da receita. A tarifa não é mais do que o custo dividido pelo número de usuários — revelado pela recei-

ta — mais o lucro legal do empresário;

2.ª) — A permissão anterior fixava a idade média dos veículos do sistema em 5 anos e, nesta base, o capital vinha sendo depreciado e remunerado. Ao fim de 5 anos, os veículos, devidamente amortizados, saíam de linha ou seriam públicos, não podendo a depreciação e remuneração do capital continuar frequentando a tarifa.

O contrato de 1981, sem concorrência pública, sem anuência da Câmara de Vereadores, sem fechar a conta anterior de amortização, dá às empresas uma sobrevivência de 3 anos para os veículos convencionais, seletivos e de vizinhança, e uma sobrevivência de 5 anos para os veículos expresso e articulado. O povo paga duas vezes; e os empresários ganham, praticamente uma frota nova;

3.ª) — Sem mais nem menos, o novo "contrato" autoriza a alteração da tarifa para variações de custo operacional acima de 5%, quando a situação anterior admitia que a planilha poderia suportar variações de até 10%.

Tudo isto em fim de governo, ao arrepio da lei, o acordo entre o Prefeito do PDS e os empresários do transporte coletivo que manietou a fiscalização e as inovações que o novo Governo poderia introduzir no sistema, colocando obstáculos para a consecução do interesse público.

Hoje, estamos em vias de introduzirem inovações técnicas no transporte de massa em Curitiba. Não é possível que tudo se assente em um contrato "nulo de pleno direito". Tenho, de forma sistemática, denunciado tudo o que creio irregular no transporte coletivo de Curitiba.

Não tenho, ainda, conhecimento de uma definição clara da Prefeitura, sobre estas questões. Cumpro, como Deputado de Curitiba, meu dever de denúncia, e espero sugestões dos especialistas em ações populares e direito administrativo".

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que o tempo concedido pela vossa Liderança, está esgotado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, cedemos mais para o Deputado Roberto Requião, o tempo necessário para ele concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua com a palavra, por mais vinte minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, finalmente a tribuna é o instrumento que tenho para registrar esta posição, esta crítica e a imoralidade da vigência de um contrato nulo de pleno direito. É extremamente difícil, para quem acredita no processo democrático, verificar que a imprensa de Curitiba, cerrou, de forma absoluta, as portas para a divulgação destas denúncias.

Continuo insistindo. Espero contar com a disposição de jornalistas independentes. E, finalmente, com o convencimento dos proprietários das empresas, de que sua função pública é mais importante do que o silêncio imposto por um sindicato forte e imoral. E que se a imprensa não cumpriu o seu papel de, denunciando, viabilizar a modificação de uma situação insustentável, será responsável direta pela violência popular, no momento em que mais o salário do trabalhador não puder suportar o peso absurdo da tarifa indecente que se aumenta a cada dia, sem que as denúncias sejam capitalizadas, e as imoralidades denunciadas, transformadas em atitudes. A

Prefeitura está silenciosa, a imprensa está silenciosa. Mas, de qualquer forma, existe a possibilidade dos Deputados, no exercício do seu mandato, dentro e fora da Assembléia, reiterarem as denúncias até que a situação seja transformada.

Espero que amanhã a situação, pelo menos ao nível da imprensa, seja modificada. E que as denúncias, se não forem endossadas pelos empresários de jornais em Curitiba, que pelo menos sejam levadas à discussão, porque em jogo não se encontra o cavalo de batalha de um Deputado, mas a moralidade pública que está profundamente arranhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário da Liderança.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— À Diretoria Legislativa.

Mensagem do Sr. Governador do Estado n.º 282/84, nos seguintes termos: (Lida na íntegra).— Em votação.— **Aprovada.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 312/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 233/84), que altera o orçamento da Secretaria dos Transportes, cujos recursos adicionais terão como objetivo dar suporte ao Programa de Ação Municipal - PRAM e ao Programa Rodoviário BID 11, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 269/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 209/84), que altera o orçamento vigente da IAPAR, pela transposição de Cr\$... 872.574.000 (oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros) da fonte de receita, 81 — Convênios com Órgãos Federais, para a fonte 90 — Receitas Diversas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado. Publicado no D.A. n.º 103, de 11 de outubro de 1984 — Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 269/84

PARECER

O presente Projeto de Lei tem por objetivo alterar o orçamento vigente da Fundação Instituto Agronômico do Paraná — IAPAR, a fim de prover recursos para a manutenção das atividades daquele órgão, uma vez que os recursos de convênios firmados com entidades do Governo Federal não ingressaram.

Para isto, o Plano de Lei prevê autorização para que se proceda transposição de Cr\$ 872.574.000 (oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros) da fonte de receita 81 — Convênios com órgãos federais — para a fonte de receita 90 — Receitas Diversas — alterando o orçamento do IAPAR no que se refere a despesas de capital da atividade orçamentária 2.750 — Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Agropecuários.

Considerando que a iniciativa é da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o Art. 35 da Constituição a que é chamada a opinar, esta Comissão não encontrou qualquer óbice para a aprovação deste Plano de Lei, nosso Parecer é FAVORÁVEL, estando o mesmo em condições de ser submetido ao duto Plenário desta Augusta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 269/84

PARECER

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 209/84, visa alterar o vigente orçamento da Fundação Instituto Agronômico do Paraná — IAPAR, pela transposição de Cr\$... 872.574.000 (oitocentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros).

Sobre a matéria houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo na justificativa que acompanha a Mensagem.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 298/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 219/84), que altera o vigente orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, até o limite de Cr\$ 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões de cruzeiros), destinados a atender o Programa de Ação Municipal — PRAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 298/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob Supervisão da Secretaria do Planejamento, destinados a atender o Programa de Ação Municipal — APRAM.

Art. 2.º — Servirão para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, Cr\$ 9.000.000.000 (nove bilhões de cruzeiros) do Tesouro Geral do Estado, oriundos em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1984 e Cr\$ 17.000.000.000 (de-

zessete bilhões de cruzeiros) provenientes de operação de crédito realizado junto ao Banco Mundial, conforme Lei n.º 7.534, de 25 de outubro de 1981.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 298/84

PARECER

O Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n.º 219/84, pretende alterar o vigente orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, até o limite de Cr\$... 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões de cruzeiros), destinados a atender o Programa de Ação Municipal — PRAM.

O referido Projeto de Lei se inclui entre as atribuições de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Portanto, não possui qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua tramitação.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável ao mesmo, opinando pela sua aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 298/84

PARECER

A matéria do Projeto de Lei em tela, oriunda de Mensagem Governamental, tem por finalidade a abertura de Crédito Adicional no valor que especifica ao Orçamento da Administração Geral do Estado, os Recursos sob Supervisão da Secretaria do Planejamento, destinados a atender o Programa de Ação Municipal — PRAM.

Sobre a Proposição houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito da competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que o próprio bojo do plano de Lei, através do seu art. 2.º, estabelece os recursos que proverão a cobertura para o atendimento do crédito aqui solicitado.

Assim sendo, o Projeto de Lei está em condições para ser apreciado por esta Casa, opinando-se favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 299/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 218/84), que altera o orçamento da FIDEPAR, através de um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 1.953.258.000 (hum bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), destinados a reforçar o orçamento da Entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 299/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional de Cr\$ 1.953.258.000 (hum bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), ao orçamento atual da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR.

Art. 2.º — Os recursos para cobertura do Crédito de que trata o artigo 1.º, são provenientes da própria Fundação, em conformidade com o § 1.º, item II, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 299/84

PARECER

O presente Plano de Lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 218/84, visa alterar o orçamento da FIDEPAR, através de um crédito adicional no valor de Cr\$ 1.953.258.000 (hum bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), destinados a reforçar o orçamento da entidade.

Os recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1.º são provenientes da própria Fundação, em conformidade com o § 1.º, item II, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada temos a opor à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 299/84

PARECER

O plano de Lei em exame, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar a abertura de crédito adicional no valor que especifica, ao orçamento atual da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR.

Analisando o seu aspecto legal e constitucional, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o aspecto financeiro, a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que os recursos aqui estipulados estão no próprio bojo do plano de lei ora em exame, através do estabelecido no seu artigo 2.º.

Diante do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 309/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 227/84), que altera o vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR, em até Cr\$ 1.195.821.000 (hum bilhão,

cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros), com finalidade de complementar recursos para dar continuidade aos Programas de Trabalho da Entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 119, de 12/11/84 — Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 309/84

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n.º 227/84, pretende alterar o vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR, em até Cr\$ 1.195.821.000 (hum bilhão, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros), com finalidade de complementar recursos para dar continuidade aos programas de trabalho da entidade.

A matéria se inclui entre as que são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, não apresentando, portanto, nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 309/84

PARECER:

O Projeto de Lei em questão tem origem na Mensagem Governamental n.º 227/84 e altera o vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR, em até Cr\$ 1.195.821.000 (hum bilhão, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros), com a finalidade de complementar recursos para dar continuidade aos programas de trabalho da entidade.

Examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria recebeu o necessário e indispensável parecer favorável.

No que cabe a esta Comissão de Finanças opinar, ou seja, da origem dos recursos que cobrirão o referido Crédito, o Projeto de Lei, em seu artigo 2.º, responde ao problema. De fato, serão recursos da própria entidade, de acordo com o artigo 43, § 1.º, inciso II, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Assim, só temos que manifestar o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do já referido Projeto de Lei.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

DIRCEU MANFRINATO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 310/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 228/84), que altera o vigente orçamento da CLASPAR em até Cr\$ 1.898.531.000 (hum bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil cruzeiros), para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 119, de 12/11/84 — Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 310/84

PARECER:

O presente Projeto em tramitação, oriundo da Mensagem Governamental n.º 228/84, pretende abrir um Crédito Adicional de até Cr\$ 1.898.531.000 (hum bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR, para fins que especifica.

Servirá para cobertura de crédito de que trata o artigo 1.º, recursos da própria Entidade, de acordo com o artigo 43, § 1.º, inciso II, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

A iniciativa em matéria de tal natureza é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o Projeto de Lei em pauta não possui óbice de natureza constitucional à sua tramitação e também está de acordo com as exigências legais e regimentais.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

HERMAS BRANDÃO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 310/84

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 310/84, o presente Projeto de Lei objetiva abrir um Crédito Adicional de até Cr\$ 1.898.531.000 (hum bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR — para fins que especifica.

Sobre a matéria já houve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

Com relação ao aspecto financeiro da matéria, objeto da análise por esta Comissão de Finanças, temos que nada impede que o Projeto em tela mereça a aprovação desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

DIRCEU MANFRINATO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 336/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 250/84), que altera os percentuais relativos aos limites para abertura de créditos adicionais para a administração direta e indireta fixados na Lei n.º 7.772, de 13.12.83, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para 1984, de 15% para 30%. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 130, de 03/12/84 — Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 336/84

PARECER:

A presente matéria tem por origem a Mensagem Governamental n.º 250/84, datada de 29 de novembro de 1984, que visa alterar os percentuais relativos aos limites para abertura de

créditos adicionais para a administração direta e indireta, fixados na Lei n.º 7.772, de 13 de dezembro de 1983.

A justificativa que acompanha o presente Plano de Lei nos convence da sua necessidade, visto que, conforme a explanação do ilustre autor, os limites fixados na referida Lei, já se encontram praticamente esgotados.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão, o Projeto está em condições de prosseguir sua normal tramitação por esta Casa.

Isto posto, nosso Parecer é favorável, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

HERMAS BRANDÃO – Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI N.º 336/84

PARECER:

Pela Mensagem n.º 250/84, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, envia à deliberação da Assembléia Legislativa, a alteração do § 2.º do Artigo 5.º, da Lei n.º 7.772, de 13 de dezembro de 1983 (Orçamento Programa Anual).

Transformada em Projeto de Lei n.º 336/84, a pretensão visa possibilitar ao Executivo atender aos órgãos da administração indireta (Autarquias, Empresas Públicas, Fundação instituídas pelo Estado e aos órgãos de regime especial), com aberturas de créditos suplementares.

A medida está embasada no artigo 32, § 1.º, I da Constituição do Estado do Paraná e se faz necessária a alteração de 15% para 30%, com o intuito de viabilizar às unidades orçamentárias da administração indireta o processo de encerramento de exercício.

A justificativa de tal pedido governamental está consubstanciada nos índices de correção que sofreu o orçamento, os quais foram abaixo da realidade inflacionária, com que se depara a conjuntura nacional.

Dentro do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de dezembro de 1984.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO – Presidente;

ANIBAL KHURY – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 337/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 249/84), que altera o orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, até o limite de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com serviços de terceiros e encargos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. – Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 130, de 03/12/84 – Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 337/84

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo de Mensagem Governamental n.º 249/84, tem por escopo alterar o Orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, em Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos para atender despesas com serviços de terceiros e encargos.

Constatada a insuficiência dos recursos orçamentários alocados e encontrando respaldo legal na Lei Federal n.º 4.320,

de 17 de março de 1964, esta Comissão, chamada a opinar quanto a sua legalidade e constitucionalidade, nada encontrou que possa obstar sua tramitação.

Nosso parecer, portanto, é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

ERVIN BONKOSKI – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 337/84

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 337/84, tem por finalidade obter autorização deste Poder, para abertura de Crédito Adicional Suplementar no atual orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, até o limite de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com serviços de terceiros e encargos.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer FAVORÁVEL.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de análise desta Comissão, temos que o Projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

HOMERO OGUIDO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 338/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 239/84), que visa obter autorização para abertura de Crédito Adicional no valor de Cr\$ 2.556.000.000 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões de cruzeiros), alterando orçamento da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado das Finanças, destinado a atender despesas até o final do exercício, com o PASEP. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. – Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 130, de 03/12/84 – Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 338/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, encaminhado a esta Casa através da Mensagem Governamental n.º 239/84, visa obter autorização para abertura de Crédito Adicional para atender despesas com o PASEP, até o encerramento deste exercício.

O artigo 2.º, do Projeto, estabelece que servirão como cobertura para o crédito ali proposto, recursos do Tesouro Geral do Estado, conforme estabelecido no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei n.º 4.320.

Estando o Projeto devidamente justificado e legalmente amparado, não resta a esta Comissão senão opinar pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 338/84

PARECER:

Oriundo da Mensagem n.º 239/84, tem por objetivo obter autorização deste Poder para abertura de Crédito Adicional no

valor de Cr\$ 2.556.000.000 (dois bilhões, quinhentos e conqüenta e seis milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado, destinado a cobrir despesas com contribuições para formação do PASEP.

Sobre a matéria houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Ao analisar o lado financeiro da matéria, constatamos que, servirão como cobertura para o Crédito de que trata o artigo anterior, recursos do Tesouro Geral do Estado, conforme estabelecido no § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17/3/64.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

HOMERO OGUIDO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 340/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 248/84), que altera o orçamento vigente da Fundação Teatro Guaíra - FTG, pela Transposição de Cr\$ 137.000.000 (cento e trinta e sete milhões de cruzeiros), da Fonte de Receita 81 – Convênio com Órgãos Federais, para a Fonte 40 – Diretamente Arrecadada, para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. nº 130, de 03/12/84 – Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 340/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 248/84, visa alterar o orçamento vigente da Fundação Teatro Guaíra – FTG, pela transposição de Cr\$ 137.000.000 (cento e trinta e sete milhões de cruzeiros) da fonte de receita 81 – Convênios com Órgãos Federais, para a fonte 40 – Diretamente Arrecadada.

O objetivo de tal solicitação é de adequar o orçamento de despesas da Fundação Teatro Guaíra às receitas efetivamente arrecadadas, de vez que os recursos de convênios com órgãos Federais previstos não ingressaram, e há um excesso de outras receitas realizadas pela entidade.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade da matéria, bem como sobre sua Constitucionalidade, nada temos a opor à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

EZEQUIAS LOSSO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 340/84

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, visa o presente, alterar o vigente orçamento da Fundação Teatro Guaíra em Cr\$... 137.000.000 (cento e trinta e sete milhões de cruzeiros).

Devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de análise desta Comissão, não encontramos qualquer impedimento que lhes possa antepor, razão pela qual nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

HOMERO OGUIDO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 341/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 251/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 32.000.000 (trinta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns – COPASA, com objetivo que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 341/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 32.000.000 (trinta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns – COPASA, destinado a treinamento de micro e pequenos produtores rurais, em técnicas de conservação de produtos agrícolas a nível de propriedade rural.

Art. 2º – Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de recursos do tesouro, em conformidade com o Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 341/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns – COPASA, através da abertura de crédito suplementar, no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

ANIBAL KHURY – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 341/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental, tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns – COPASA.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças,

chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
HOMERO OGUIDO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 342/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 252/84), que abre Crédito Suplementar ao Orçamento Anual do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – Fundação Edison Vieira, até o valor de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 342/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento atual do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – Fundação Edison Vieira, até o valor de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros).

Art. 2.º – O Crédito de que trata o artigo 1.º, desta lei, servirá para atender despesas de pessoal e encargos sociais, tendo como cobertura recursos da própria entidade, segundo o disposto no item II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 342/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – Fundação Edison Vieira, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 342/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Gover-

namental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – Fundação Edison Vieira.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
HOMERO OGUIDO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 343/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 253/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 158.000.000 (cento e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material – DEAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 343/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 158.000.000 (cento e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material – DEAM.

Art. 2.º – O Crédito de que trata o artigo 1.º, desta lei, tem por objetivo cobrir despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, equipamentos e material permanente e aquisição de terminal telefônico, tendo como respaldo recursos da própria entidade em conformidade com o disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 343/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por objetivo alterar o orçamento vigente do Departamento de Administração de Material – DEAM, através de abertura de crédito suplementar, no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente, não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 343/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que específica, visando alterar o orçamento do Departamento de Administração de Material — DEAM.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 344/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 254/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 4.470.000.000 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, destinado a dar continuidade aos Trabalhos de Operação Portuária. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 344/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 4.470.000.000 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, destinado a dar continuidade aos trabalhos de operação portuária.

Art. 2º — Servirão para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, Cr\$ 4.180.000.000 (quatro bilhões, cento e oitenta milhões de cruzeiros), provenientes de excesso de arrecadação da entidade e Cr\$ 290.000.000 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros) oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 1983, da mesma entidade, em conformidade com o disposto nos itens I e II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 344/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 344/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que específica, visando alterar o orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 345/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 257/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de 652.000.000 (seiscentos e cinquenta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura, destinado a despesas com pessoal via convênios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 345/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 652.000.000 (seiscentos e cinquenta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura, destinado a despesas com pessoal via convênios.

Art. 2º — Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de recursos do tesouro, em conformidade com o § 1º, inciso II, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 345/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Secretaria de Estado da Agricultura, através da abertura de crédito suplementar, no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
HERMAS BRANDÃO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 345/84

PARECER

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
HOMERO OGUIDO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 346/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 256/84), que abre Crédito Suplementar ao Orçamento Atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, no valor de Cr\$... 1.240.000.000 (hum bilhão, duzentos e quarenta milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 346/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, no valor de Cr\$... 1.240.000.000 (hum bilhão, duzentos e quarenta milhões de cruzeiros).

Art. 2º – O crédito de que trata o artigo 1º, desta lei,

servirá para dar suporte a despesas com obras, instalações, equipamentos e material permanente, tendo como cobertura recursos da própria entidade, segundo o disposto no § 1º, item II, do art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 346/84

PARECER:

Oriundo de mensagem governamental, o presente plano de lei tem por finalidade de alterar o orçamento vigente da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a mensagem que encaminha a proposição, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente, não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente
ANIBAL KHURY – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 346/84

PARECER:

O presente projeto de lei, originário de mensagem governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente
HOMERO OGUIDO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 347/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 255/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 3.964.551.000 (três bilhões, novecentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil cruzeiros), alterando o vigente orçamento do

Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 347/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 3.964.551.000 (três bilhões, novecentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

Art. 2.º — Servirão para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, recursos da própria entidade, decorrentes do estabelecido pelo item I, do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 347/84

PARECER:

Oriundo de mensagem governamental, o presente plano de lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a mensagem que encaminha a proposição, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente, não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 347/84

PARECER:

O presente projeto de lei, originário de mensagem governamental, tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a mensagem governamental de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

vação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 349/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 259/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, e até o valor de Cr\$ 9.552.000 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), alterando o orçamento vigente do Colégio Estadual do Paraná. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 349/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares, até o valor de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e até o valor de Cr\$ 9.552.000 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), alterando o orçamento vigente do Colégio Estadual do Paraná.

Art. 2.º — Os recursos para cobertura dos Créditos de que trata o art. 1.º, desta lei, são oriundos das próprias entidades, em conformidade com o item I, do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 349/84

PARECER:

O projeto de lei em exame, oriundo da mensagem governamental 259/84, pretende abrir Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros) alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e até o valor de Cr\$ 9.552.000 (nove milhões e quinhentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), alterando o orçamento vigente do Colégio Estadual do Paraná.

O presente plano de lei se inclui entre as atribuições de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Portanto, não possui qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, que impeça a sua tramitação.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável ao mesmo, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 349/84

PARECER:

O presente projeto de lei, originário de mensagem governamental, tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a mensagem governamental de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
DIRCEU MANFRINATO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 350/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 260/84), que abre Crédito Suplementar de Cr\$ 230.000.000 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da PARANATUR, cujos recursos serão destinados a atender despesas com manutenção de equipamentos, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 350/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar de Cr\$ 230.000.000 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR.

Art. 2.º — O crédito de que trata o artigo anterior, terá como cobertura, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo item II, do § 1.º, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 350/84

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 260/84, visa abrir crédito suplementar de Cr\$..... 230.000.000 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da PARANATUR, cujos recursos serão destinados a atender despesas com manutenção de equipamentos, conforme especifica.

Os recursos para a cobertura do crédito pretendido, são provenientes da própria empresa, de acordo com o que estabelece o item II do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de

março de 1964.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, nada temos a opor à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
NELSON BUFFARA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 350/84

PARECER:

O presente projeto de lei, originário de mensagem governamental, tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento atual da PARANATUR.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a mensagem governamental de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
DIRCEU MANFRINATO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 351/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 261/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 20.299.795.000 (vinte bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, objetivando completar recursos insuficientemente dotados, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 351/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 20.299.795.000 (vinte bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 2.º — Servirão para cobertura do crédito de que trata o art. 1.º desta lei, recursos da própria entidade, indicados segundo o disposto nos itens II e IV, do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

pag. 27

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 351/84

PARECER:

O presente projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental 261/84, visa abrir Crédito Suplementar, no valor que especifica, ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, objetivando completar recursos insuficientemente dotados.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 351/84

PARECER:

O presente projeto de lei, originário de mensagem governamental, tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem — DER.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a mensagem governamental de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
DIRCEU MANFRINATO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 364/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 274/84), que abre Créditos Suplementares, até o valor de Cr\$ 136.500.000 (cento e trinta e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa e até o valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 364/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 136.500.000 (cento e trinta e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o

orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa e até o valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

Art. 2.º — Servirão para cobertura dos créditos de que trata o art. 1.º desta lei, recursos das próprias entidades, conforme o que preceitua o item III, do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 364/84

PARECER:

O projeto em tela, oriundo de mensagem governamental 274/84, pretende abrir créditos suplementares até o valor de Cr\$ 136.500.000 (cento e trinta e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, e até o valor de Cr\$... 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o art. 1.º, o estabelecido no item III, do § 1.º, do art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições, o projeto de lei em pauta não possui qualquer óbice de natureza constitucional à sua tramitação e também está de acordo com as exigências legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 364/84

PARECER:

O presente projeto de lei, originário de mensagem governamental, tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento das Fundações Universidade de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a mensagem governamental de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 176/84, (Mensagem n.º 163/84, ex-Proposição n.º 174/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Convênio 23/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de JUNDIAÍ DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 177/84, (mensagem 188/84, ex-Proposição 179/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com Programa de Ação Municipal - PRAM. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 178/84, (Mensagem 186/84, ex-Proposição 184/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o sexto Termo Aditivo de 19/07/84, ao convênio celebrado em 20/3/81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades de defesa sanitária animal, principalmente ao controle e combate da peste suína e doença das aves. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 179/84, (Mensagem 174/84, ex-Proposição 177/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de UNIÃO DA VITÓRIA, UMUARAMA, FRANCISCO BELTRÃO e CONTENDA, para os fins que especifica. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 180/84, (Mensagem 214/84, ex-Proposição 202/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados em 02/04/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social e municípios que especifica, objetivando execução de obras de construção ou reformas de Centros de Saúde nos municípios signatários. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 183/84, (Mensagem 212/84, ex-Proposição 199/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 31/08/84, através da Secretaria do Planejamento, dos Transportes e do DER e a SUDESUL, objetivando execução de obras de recomposição do sistema viário na área impactada pela formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 184/84, (Mensagem 196/84, ex-Proposição 192/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de

Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de PÉROLA, objetivando execução de obras para recuperação de estradas, no referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 185/84, (Mensagem 201/84, ex-Proposição 188/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 29/08/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de CAMPO LARGO, com participação da COMEC, em obras de pavimentação de vias públicas no referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 186/84, (Mensagem 215/84, ex-Proposição 200/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Contrato de Colaboração Financeira não reembolsável, de 21/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e o BNDES, com interveniência do Ministério da Saúde, com objetivos que especifica. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 187/84, (Mensagem 199/84, ex-Proposição 194/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR, e os municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, nos municípios signatários. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 188/84, (Mensagem 194/84, ex-Proposição 196/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos municípios signatários. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 189/84 (Mensagem 202/84, ex-Proposição 189/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de JESUITAS, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana naquele município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 190/84, (Mensagem 213/84, ex-Proposição 201/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 27/09/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, no referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 191/84, (Mensagem 195/84, ex-Proposição 191/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio

celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de CASCAVEL, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 192/84, (Mensagem 206/84, ex-Proposição 197/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados em 16/08/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de GUARANIAÇU e ASSAÍ, objetivando execução de obras de reforma nos terminais rodoviários da sede dos referidos municípios. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 193/84, (Mensagem 200/84, ex-Proposição 195/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados em 03/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR, com interveniência da SUDESUL e os municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, nos municípios signatários. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 196/84, (Mensagem 216/84, ex-Proposição 212/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16/08/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta, com vistas à execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 197/84, (Mensagem 217/84, ex-Proposição 213/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 21/08/84, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Articulação com Estados e Municípios — SAREM, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e CNPQ, com vistas a execução de projetos no âmbito do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 198/84, (Mensagem 220/84, ex-Proposição 214/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova primeiro Termo Aditivo de 18/09/84, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da Subsecretaria do Desenvolvimento Urbano, da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento, visando preparação do subprojeto Aglomerado Urbano de Londrina/Maringá, e do Projeto Especial de Cidades de Porte Médio. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 199/84, (Mensagem n.º 198/84 — ex-Proposição n.º 190/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Jussara, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 201/84, (Mensagem n.º 221/84 — ex-Proposição n.º 215/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 03.10.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando o engajamento do município signatário, no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 202/84, (Mensagem n.º 197/84 — ex-Proposição n.º 193/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios n.ºs 131 e 203/84, celebrados em 04 e 20 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Curiúva e Mallet, objetivando aplicação Financeira relacionadas com o PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos manuais do referido Programa. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 204/84, (Mensagem n.º 245/84 — ex-Proposição n.º 226/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 06.09.83, sob o n.º 71/83 e a SUDESUL, objetivando execução de obras em conformidade com o PRO-DOPAR. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 205/84, (Mensagem n.º 156/83 — ex-Proposição n.º 144/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Segundo Termo Aditivo de 27.10.83, ao Convênio n.º 22/82, de 18.11.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa de Planejamento GEIPOT, para os objetivos que especifica. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 206/84, (Mensagem n.º 242/84 — ex-Proposição n.º 223/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da SUDESUL, da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria do Planejamento, visando a preparação do subprojeto aglomerado urbano Londrina e Maringá-METRONOR, do Projeto Especial Cidades de Porte Médio. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 207/84, (Mensagem n.º 241/84 — ex-Proposição n.º 222/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da SUDESUL, da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria do Planejamento, visando a preparação do subprojeto aglomerado urbano Londrina e Maringá-METRONOR, do Projeto Especial Cidades de Porte Médio. — **Aprovado.**

pag. 30
TUIÇÃO E JUSTIÇA QUE APROVA Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e o Município de Mandirituba. **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 208/84, (Mensagem n.º 244/84 — ex-Proposição n.º 225/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio entre o Estado do Paraná sob n.º SAREM/60/83, celebrado em 18.11.83 e a União, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Ministério das Minas e Energia, com interveniência do CNPQ, visando a implantação Modelo Energético Estadual.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 209/84, (Mensagem n.º 243/84 — ex-Proposição n.º 224/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Terceiro Termo Aditivo de 16.06.83, ao Convênio n.º 81/80, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Ministério do Interior, a SUDESUL, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A e o Município de Guaíra, com interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com objetivos que especifica.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 210/84, (Mensagem n.º 246/84 — ex-Proposição n.º 227/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Ajuste celebrado em 19.12.83 ao protocolo de intenções firmado em 26.11.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o CNPQ, com objetivos que especifica.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nazem Bufrem, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alterio Sordi, ocorrido no dia 30 de novembro do corrente ano.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aparecido dos Santos Bicalho, ocorrido no dia 1.º de dezembro do corrente ano, no Município de Ubatã.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Paulo Reolon, ocorrido no dia 21 de novembro do corrente ano, no Município de União da Vitória.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de

pesar pelo falecimento do Sr. Nazem Bufrem, ocorrido no dia 1.º de dezembro do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Manoel dos Santos, ocorrido no dia 31 de novembro do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alterio Sordi, ocorrido no dia 1.º de dezembro do corrente ano, no Município de Cascavel.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adnaíl Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Leonel Moro, ocorrido no dia 09 de dezembro do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Hilda Munin Barzezinski, ocorrido no dia 8 de dezembro do corrente ano.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Hilda Munin Brezezinski, ocorrido no dia 8 de dezembro do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Leonel Moro, ocorrido no dia 9 de dezembro do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Marilândia do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Quinta do Sol.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de São João do Ivaí.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Lunardelli.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Faxinal.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 276 e 308/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 143/84 e 158 a

161/84, e de 164 a 174/84.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a liberação de vinte canais telefônicos para o Distrito de Bourbônia, no Município de Barbosa Ferraz.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Procurador Geral da Justiça e Procurador Geral do Estado, encarecendo informações com relação ao andamento dos processos da CPI que investiga possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do segundo grau na Escola Estadual de Corumbataí do Sul, localizada no Distrito do mesmo nome, no Município de Barbosa Ferraz.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Juranda a Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da Carta Rescisória de Contrato Firmado pelo Professor Ruy Christovam Wachowicz, dirigida ao Conselho de Administração da FUNDEPAR.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para que o mesmo determine à EMOPAR no sentido de realizar reformas no prédio da Delegacia de Polícia do Município de Capanema.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo para que no concurso a ser realizado para preenchimento de vagas na Biblioteca Pública do Paraná sejam levados em consideração na contagem de pontos dos candidatos, o estágio probatório realizado junto à mesma, bem como o tempo de duração do estágio e o aproveitamento e desempenho durante este período de treinamento.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de recursos financeiros para o pagamento dos honorários do funcionalismo público do Município de Peabiru.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

voto de congratulações ao Dr. Antonio Arnaldo de Bona, pela sua eleição para Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção do Município de Cascavel.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Dr. Mauro Viotto, pela sua eleição como Presidente da OAB - PR, seccional de Londrina.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo redução nos custos das tarifas de fornecimento de energia elétrica residencial por parte da COPEL, aos consumidores paranaenses que ganhem mensalmente até dois salários mínimos.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Poder Executivo, para que a Casa Civil preste informações sobre os dispêndios realizados de janeiro a novembro do corrente ano, bem como os gastos que estão previstos para dezembro corrente.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia da Propaganda".— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo para que se estabeleça intercâmbio entre o BADEP, o BANESTADO e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela criação do Sindicato dos Empregados de Empresas de Processamento de Dados.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto de Serviço Telefônico na sede do Distrito de Serra Negra, no Município de Guaraqueçaba.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Deputado Osvaldo Trevisan, bem como às Constituições de Justiça e de Saúde da Câmara Federal, manifestando preocupação desta Casa diante do Projeto que visa outorgar a proprietários de farmácia o direito da responsabilidade técnica, normalmente adquirido e exercido por graduados em curso superior de Farmácia.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações quanto aos dez municípios que arrecadaram mais ICM nos exercícios de 1983, até junho passado.— **Apro-**

vado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 25.^o aniversário de funcionamento da Rádio Difusora de Ponta Grossa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, encarecendo a instalação de um posto de arrecadação daquela Secretaria no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Jandaia do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.^o aniversário do Município de Formosa do Oeste.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do discurso anexo, proferido pelo Sr. Hélio Campos, representante dos Empresários do Paraná, da Tribuna desta Casa, durante a visita do Sr. Tancredo Neves, futuro Presidente da República.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.— (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, acerca dos recentes espetáculos artísticos de Fafá de Belém em diversos Municípios do Estado, com participação inquestionável de certos órgãos estaduais.— Em discussão.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor da carta de conclusões firmada pela Associação Profissional dos Geólogos do Paraná — AGEPAR, no Simpósio “Alternativas para a Política Mineral no Paraná”.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.— (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.^o aniversário do Município de Londrina.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Grupo Folclórico União Juventus de Curitiba, pela finalidade de divulgar e cultivar as manifestações culturais da etnia polonesa, através da dança, música, canto e dramatização em festivais

folclóricos, festividades e eventos públicos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, com apoio do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do documento firmado por ocasião do “Seminário Nacional do PMDB sobre Política Energética”, realizado em nossa Capital. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Borrazópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a liberação de uma Kombi para a Casa do Menor Desamparado do Município de Faxinal. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.^o aniversário do Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela eleição da nova diretoria da ACOPA — Associação Centro Oeste de Proteção Ambiental, do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação e instalação do Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado, no Município de Paranavaí. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Abdo Aref Kudri, pela sua eleição como Presidente da Associação dos Proprietários de Jornais. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao empresário Matias Machline, pela homenagem que recebe da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — ADVB. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio da CIRETRAN no Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antonio Annibelli, Amélia Hruschka, Mário Pereira e Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Hilda Munin Brezezinski — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Avelino Pasuch, ocorrido no dia 7 de dezembro do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legisla-

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura e Diretor da CACEX, encarecendo seja analisado e reconsiderada a atitude tomada recentemente, em importar a matéria prima têxtil (rami) da China. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação de curso de ensino de segundo grau, no Município de Paranapoema. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a construção de um prédio próprio para abrigar a Agência de Rendas do Município de Ampère. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade Rural do Oeste do Paraná, pela celebração da V Exposição Agropecuária e Industrial do Município de Cascavel. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja elevada à condição de Distrito Judiciário, a localidade de Iracema, no Município de Formosa do Oeste. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um edifício para abrigar a Delegacia de Polícia, bem como de um Departamento Policial no Distrito de Serra Negra, no Município de Guaraqueçaba. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação do microssistema de água no Distrito de Serra Negra, no Município de Guaraqueçaba. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Senadores e Deputados Federais pelo Estado do Paraná, bem como ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Atalaia. - (Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Pedro Sperandio Lopes, Presidente da Autarquia Municipal de Esportes e Turismo do Município de Londrina, pela brilhante programação comemorativa aos 50.^o aniversário do Município. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kiri-

nus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, bem como ao Conselho Estadual de Educação do Estado, encarecendo seja oficializado o ensino da língua espanhola na rede e ensino estadual do segundo grau, nas mesmas condições que vêm sendo estabelecidas para a língua inglesa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kiri-nus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando para que o Projeto de Lei 192/80, que visa a criação do Município de São José, com território desmembrado do Município de Santa Helena, seja apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte ligando os Distritos de Tamarana e Terra Nova, pertencentes aos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4.^o aniversário de fundação do Jornal "Nosso Tempo", do Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada na Gazeta do Povo, sob o título "Baste de Governo". - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Faxinal. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Borrazópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.^o aniversário do Município de Colorado. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 29.^o aniversário do Município de Arapoti. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de verbas para pagamento do 13.^o salário dos funcionários públicos do Município de Quinta do Sol. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento dos honorários percebidos pelo funcionalismo público do Município de Roncador. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de recursos orçamentários para o pagamento dos servidores públicos do Município de Nova Cantú. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de verbas para o pagamento dos servidores públicos do Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento dos funcionários públicos do Município de Mamborê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do 13.^o salário a classe dos servidores públicos do Município de Ubatã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação de diversas vias urbanas do Município de Juranda. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento dos honorários que se encontram atrasados, do Município de Terra Boa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a liberação de recursos financeiros para pagamento dos honorários à classe dos servidores públicos do Município de Sertãozinho. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na melhoria e ampliação dos trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Janiópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 29.^o aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Terra Boa. — **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à jovem Alessandra Kaul, pela conquista do título de campeã mundial de simples feminino de tênis pelo Campeonato Mundial Infantil, disputado em Caracas, Venezuela. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo informações quanto ao Ofício número 159/84, do Poder Judiciário, que trata da remessa de fotocópia do acórdão número 447, referente aos autos de Mandato de Segurança número 08/84, de Curitiba, em que figura como impetrante Antonio Soares Portugal e como impetrado a Secretaria dos Recursos Humanos, e como litisconsorte o Estado do Paraná. — **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 269, 298, 299, 309, 310, 336, 337, 338, 340 a 347, 349 a 351 e 364/84, e dos Projetos de Resolução n.^{os} 176 a 180, 183 a 193, 196 a 199, 201, 202 e 204 a 210/84.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 297, 352 a 362/84 e do Projeto de Resolução n.^o 211/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS EM SESSÃO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 1984

CARTA RESCISÓRIA DE CONTRATO

Curitiba, 27 de novembro de 1984.

**AO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDEPAR
N/CAPITAL**

Prezados Senhores Conselheiros:

É pública e notória no meio cultural paranaense, a ênfase quase que exclusiva, dada pelas minhas pesquisas históricas a temas de História Regional. Há vinte e cinco anos, venho me dedicando ao estudo da História do Paraná. Desta atividade resultaram sete livros sobre temas paranaenses e dezenas de artigos e comunicações apresentados em congressos nacionais e internacionais, todos referentes à nossa história.

Esta atividade científica granjeou-me certa penetração entre os homens de ciência brasileiros. Em consequência, ocupei durante vários anos o cargo de Secretário Regional da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e atualmente exerço o cargo de vice-presidente da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História). Esta última condição legou a mim e aos demais colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná a assumir o compromisso, a nível nacional, de promover e sediar em Curitiba, em julho do próximo ano, o XIII Simpósio Nacional da ANPUH.

Se os senhores dedicarem um pouco de tempo a uma busca na Enciclopédia Delta Larousse, edição de 1971, constatarão que todos os verbetes dos presidentes da Província e governadores paranaenses, são de minha autoria. Toda essa atividade valeu-me a conquista e o direito de figurar meu nome como verbete nesta mesma enciclopédia, como "historiador brasileiro licenciado pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, da qual é professor".

No atual governo do Paraná, aceitei com muita honra uma designação para compor o Conselho de Editoração da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Minha preocupação com a nossa história e sua ausência no ensino, chegou ao ponto de redigir e publicar, por conta própria e risco, em 1967, a primeira edição do único manual didático atualmente existente sobre História do Paraná e adotado nas escolas estaduais. Vários livros de minha autoria foram inclusive editados "ex ponte própria", por falta de editoras do Paraná, que se interessassem pela editoração e sobretudo pela distribuição das obras; nossa indústria editorial era tão pobre que nem mesmo a nível estadual estava preparada para assumir essa questão, que é de alta significação cultural. Infelizmente, nem se pensa ainda em levar a nossa produção cultural e científica ao nível nacional, como o fazem editoras do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais.

Sou possuidor de títulos como mestre, doutor, livre docente e professor titular da Universidade Federal do Paraná. Nada mais existe, com referência a graus e títulos, na carreira docente da universidade brasileira, que possa ser conquistado por minha pessoa. É justamente em atenção a essa trajetória profissional que venho expor a esse egrégio Conselho, as considerações a seguir.

Levando minha "bagagem" de docência e pesquisa, participei com afinco da última campanha eleitoral, sobretudo dando a minha colaboração profissional, traduzida em propostas e debates, na elaboração das diretrizes do Governo José Richa.

Uma das propostas elaboradas por minha pessoa

era a de valorização histórica e cultural do homem do interior. Sendo o Paraná um Estado de ocupação relativamente recente, possui sérios problemas de entrosamento e integração de suas várias regiões culturais. Manifestações históricas como o Estado das Missões, o Território Federal do Iguaçu, o Estado do Paranapanema, o Estado do Iguaçu, etc... se não representam ameaças à nossa integridade territorial e cultural tão duramente conquistadas, têm o significado de falta de base na identidade do povo, para impedir o surgimento dessas manifestações. Nos meus estudos regionais, constatei que uma das causas conjunturais de tal comportamento da sociedade paranaense, é o desconhecimento, por parte do nosso homem do interior, de suas próprias raízes, de sua própria história. Esse desconhecimento leva, por exemplo, o paranaense do norte a continuar voltado para os problemas de São Paulo e Minas Gerais, enquanto que o homem do oeste e sudoeste está mais voltado para os Estados sulistas do que para seu próprio Estado. Tal anomalia traduz-se na falta de entrosamento inclusive político a nível regional, que acaba se refletindo na atuação dos políticos locais a nível federal.

Grande é a geração de riquezas pelo homem no Estado; mas, isto não se traduz a nível político-nacional.

É do conhecimento de todos que o Paraná é o grande ausente da política federal. Ora, uma das razões dessa ausência do Paraná na esfera federal é o desconhecimento de sua própria história e realidade. Um dos exemplos concretos dessa falta de integração e atuação política, é o fato de o Rio Grande do Sul possuir cinco Universidades federais em seu território e o Paraná apenas uma. Nossa presença, a nível nacional, somente será forte quando tiver uma ampla base, na consciência de nossa própria identidade cultural.

Foi partindo dessas inquietações e angústias, que elaborei e propus aos novos dirigentes do Estado, o projeto que levou o nome de "Fontes Culturais para o Ensino". Visava ele, de início, salvar a memória das populações das "frentes pioneiras", a elaboração de uma história local que pudesse ser ensinada nas escolas, e numa etapa seguinte, a elaboração de material didático para os professores.

O novo governo paranaense, oriundo do interior, mostrou-se altamente sensível a esta proposta. Possuindo a FUNDEPAR um Departamento de Pesquisa Educacional, o projeto foi por mim oferecido a esta instituição.

Tamanha foi a importância e objetividade desse projeto, que outra instituição particular tentou se apropriar das idéias contidas no mesmo, encaminhando à FUNDEPAR orçamento no valor

de Cr\$ 153.900.000, ao preço de 1983.

A fim de que não pairasse dúvida alguma sobre as minhas intenções no projeto oferecido à FUNDEPAR, propus-me a orientar o desenvolvimento do mesmo, do ponto de vista teórico e metodológico, sem remuneração alguma. Ainda mais, assinei contrato com a FUNDEPAR para a elaboração de uma síntese histórica da região do sudoeste, sem qualquer retribuição financeira. O afirmado poderá ser constatado numa simples verificação dos compromissos por mim assinados com a FUNDEPAR.

A execução do projeto, na sua continuidade, exigiu o deslocamento constante da minha pessoa para as regiões envolvidas: sudoeste, região de Umuarama e parte do oeste, num total superior a 45 municípios. Por razões óbvias, as despesas de tais deslocamentos não poderiam ser custeados por minha pessoa. Não sendo funcionário da FUNDEPAR, não poderia receber ajuda de custo. Decidiram então os responsáveis pelas finanças da instituição, que a minha pessoa receberia a quantia líquida aproximada de Cr\$.. 1.400.000, a título de remuneração dos meus serviços de consultoria do projeto, e que seria a mesma quantia utilizada para "custeio da fase de levantamento de dados". É tão irrisória esta quantia, que ela representa apenas vinte dias do meu salário mensal na Universidade Federal do Paraná.

A reação dos professores nas regiões pesquisadas foi tão entusiástica, que estes passaram a exigir, o mais urgentemente possível, materiais didáticos, a fim de que já no ano letivo de 1985, pudessem ensinar a história regional aos seus alunos. Expressões como: "Até que enfim lembraram-se dos nossos problemas" — foram ouvidas com frequência nas reuniões realizadas com professores. Essas reações dos colegas de magistério comprovavam a validade do projeto e a certeza plena de que os objetivos propostos estavam adequados às necessidades reais.

Quando o sucesso do projeto tornou-se óbvio, algumas pessoas se levantaram contra ele, movidas por diferentes motivos. Entre tais pessoas, estão os que chegaram a este Estado, somente após a vitória do novo governo, desconhecendo inteiramente a importância da preservação da memória regional do Paraná, e a necessidade de um órgão educacional trabalhar pela afirmação da identidade cultural paranaense.

Essas pessoas, aliadas ao que há de mais "esterquilíneo" na política paranaense, foram para a imprensa local, tentar, através de mentiras, desmerecer a minha pessoa, certamente com a intenção oculta de cindir a equipe encarregada do projeto.

Praticamente todas as afirmativas publicadas pelo jornal "O Estado do Paraná", de 21/11 e 23/11/84, são grosseiras mentiras:

a. Afirmar a notícia que o projeto "Fontes Culturais para o Ensino", está sendo desenvolvido por minha pessoa, para "tese de doutoramento". Ora, já faz dez anos que defendi minha tese de doutoramento e livre docência, sobre o tema da História das mentalidades no Paraná. Fiz comunicações de seus resultados em simpósios internacionais, na Polônia em 1974, e na Alemanha e no Canadá, em 1975;

b. Acusa a notícia de que a minha pessoa quer se apoderar dos direitos autorais da síntese histórica. Tal afirmativa demonstra um completo desconhecimento da lei federal que regula o assunto, que é a de número 5988, de 14/12/73, e reza o seu art. 5º: "Não caem no domínio da União, do Estado, do Distrito Federal ou dos Municípios, as obras simplesmente por eles subvencionadas

c. Informa a notícia que a minha pessoa é "coordenadora" do Projeto Fontes Culturais para o Ensino, quando o Coordenador somente poderia ser um funcionário da Entidade, e sendo a minha condição apenas de consultor histórico do referido projeto.

Lembro ainda aos senhores Conselheiros da FUNDEPAR, que face à excelente receptividade inicial do projeto e com o desejo de envolver a área federal no assunto, foi encaminhado pela FUNDEPAR ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, um projeto solicitando auxílio financeiro para desencadear pesquisa semelhante na região Norte pioneira. O parecer do INEP, em ofício de nº 575 (de 09/04/84), atesta que foi em grande parte graças ao meu "currículum vitae", que esta instituição federal aprovou o projeto e concedeu à FUNDEPAR auxílio financeiro, no valor de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros). Aliás, houve apenas duas razões, da minha parte, para assinar contrato com a FUNDEPAR:

1ª — legitimar a minha posição no projeto, como consultor de História;

2ª — contribuir, através do meu curriculum vitae, para que a FUNDEPAR tivesse aumentadas as suas credenciais, junto aos órgãos financeiros de pesquisa, que valorizam em todo o país os títulos acadêmicos e a produção científica dos membros das equipes proponentes, para efeito de aprovação dos projetos.

Face aos problemas expostos acima, venho retirar o meu nome como consultor histórico do projeto Norte pioneiro, por não admitir comentários

sobre a dignidade da minha pessoa, quando os objetivos, não confessáveis, dos que hoje põem em dúvida não somente o meu trabalho, mas a honradez da própria instituição que acolheu o projeto, ou desconsideraram a importância de se pesquisar e divulgar a História dos paranaenses, ou pretendem manter a população na ignorância de sua própria cultura.

Isto posto, venho comunicar aos Senhores Conselheiros que considero, a partir desta data, rescindidos quaisquer compromissos assumidos pela minha pessoa para com a FUNDEPAR, nos termos da cláusula quinta do meu contrato (n.º 1110/83) com a entidade, a qual dispõe que "o presente poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial e extra-judicial".

DR. RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ
Professor

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 1984.

DISCURSO DO SR. HÉLIO CAMPOS
REPRESENTANTE DOS EMPRESÁRIOS DO PARANÁ

Designado pelos empresários paranaenses, para representá-los e ser seu porta-voz neste momento de profunda emoção cívica, venho trazer ao nosso futuro presidente da República, doutor Tancredo de Almeida Neves, a expressão de nossa confiança e a dimensão de nossas esperanças.

Confiança e esperança que nascem da constatação de que jamais na história do povo brasileiro estivemos tão unidos em torno de uma pessoa e de uma idéia. Temos diante de nós a personalidade eminente que tantos serviços prestou à República e que tão importante serviço é chamada a prestar. Confiamos em sua sabedoria, em sua prudência, em sua inteligência, em sua probidade. E a idéia de que temos pela frente um tempo de mudança e de realizações.

Saúdo, na pessoa do primeiro mandatário um tempo de esperança. E lembro outro ilustre mineiro, Milton Campos, citando a expressão de alívio daquele solerte francês a quem perguntaram o que fizera sob o Terror: "Vivi", respondeu.

Para ele, sob o impacto do fanatismo revolucionário, como para muitos, hoje, sob o império de dificuldades de toda a ordem, viver é a grande façanha, viver não importa como, já sem as preocupações da vida digna.

Para cada um de nós, que sofremos todos os problemas, e padecemos todas as carências nos anos difíceis que atravessamos, a resposta é semelhante: "Sobrevivi". Pois a empresa nacional, apesar de toda a luta, de todo o idealismo, de toda a capacidade de seus líderes, não conseguiu mais do que sobreviver. Perdeu espaço, de um lado, para as empresas estatais hipertrofiadas, e, de outro, para as empresas multinacionais supercapitalizadas.

Isso não aconteceu apenas na área empresarial. O mesmo quadro de dificuldades repete-se em cada setor. E o motivo é simples: o atual sistema de poder não responde às necessidades de um Estado democrático. Estreitou-se. Concentrou-se cada vez mais, até perder contato com a maior parte da sociedade brasileira. Passou a definir as políticas nacionais de acordo com a conveniência de poucos.

O caráter do sistema exigiu a implantação de um arcabouço institucional adequado aos seus propósitos e, muitas vezes, à sua ausência de propósitos. Temos hoje vastíssima legislação regendo as relações políticas, boa parte elaborada para atender casuísmos. As regras econômico-financeiras são excessivas, assistemáticas, contraditórias.

Por isso é preciso mudar. O novo governo assumirá comprometido a alterar radicalmente esta realidade. Destruirá mitos e dogmas concebidos para legitimar o autoritarismo, tanto na política como na gestão econômica.

Trata-se de uma reforma ampla. Tão ampla que requer a participação de todos os segmentos da sociedade, sem exceção. Pois justamente na diversidade que caracteriza a frente de oposição está o antídoto ao centralismo autocrático.

Vimos dizer ao futuro Presidente da República que as classes produtoras do Paraná estão patrioticamente prontas para desempenhar seu papel nesta mudança. E mais (Dizer que o Paraná existe, é forte, contribui substancialmente na produção nacional e quer, igualmente influir nas decisões e no poder. Contribuirão com sua experiência para a formulação de uma doutrina econômica adequada à urgência e à gravidade do momento. Agirão com o melhor de sua capacidade para que os legítimos interesses da sociedade brasileira sejam integrados e harmonizados, tendo em vista a estabilidade social e a consolidação das instituições.

Precisamos, juntos, combater os grandes males que afligem a Nação e ameaçam seu futuro. O primeiro, mais grave, mais difícil de reformar, é o centralismo. Boa parte do tempo dos homens responsáveis deste País é consumido na contemplação do Planalto. Aguardamos dias e semanas, de braços cruzados, normas que nortearão, por exemplo, a atividade

agrícola, fixando preços mínimos e regulando a comercialização das safras e a liberação dos créditos. Quando estas normas chegam, o tempo passou e o produtor foi obrigado a se desfazer de sua safra a preço aviltado. Esta é a demonstração do caráter confiscatório e intervencionista da política do governo. Um caráter que impede a capitalização da agricultura e a redenção do setor, com grandes reflexos em toda a economia.

Como, igualmente, esperamos tempo interminável determinações oriundas do Brasil Central sobre operações financeiras. Ao tomarmos conhecimento delas, após desnecessária protelação, notamos que alteraram para pior a situação dos tomadores, determinando novos aumentos nas taxas de juros e contribuindo para descapitalização ainda mais às empresas.

O Governo precisa deixar o Planalto e governar mais de perto da Nação. Necessita acabar com a concentração de atribuições.

O Governo, na realidade, precisa governar menos, intervir em menor escala na economia, deixar o mercado funcionar, estimular a livre iniciativa. A liberdade de iniciativa de que falo é aquela instalada em países em que a Revolução Tecnológica depurou e ampliou a Revolução Industrial. Falo daquelas sociedades em que a técnica tornou desnecessária a revolução social e a fez um objeto de museu. A sociedade em que a educação prepara o homem para o trabalho e o trabalho, para o bem-estar social.

Infelizmente ainda não podemos dizer que a Revolução Tecnológica tenha chegado a todos os brasileiros. Deve chegar e já, para que ninguém pense em substituí-la por outra revolução, que subverte tudo que mais prezamos. E deve chegar pela mão de brasileiros, sob pena de alienarmos nossa independência e comprometermos o sentido de nosso desenvolvimento.

Pois o desenvolvimento que almejamos é aquele que tem o homem como seu objeto central. Uma nação livre e soberana não poderá elevar-se mais do que o padrão de vida e bem-estar de seu povo. A ignorância, a fome, a doença, o analfabetismo, os trabalhadores sem qualificação, os estudantes que abandonam a escola — tudo conspira contra este desenvolvimento.

Dirante vinte anos ouvimos que os ricos estavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Hoje, olhamos os números nacionais e verificamos que não se trata de frase de efeito. É verdade. Uma política concentradora de riqueza encarregou-se de afastar cada vez mais os dois extremos sociais. Hoje, chegamos ao limite da capacidade humana de resistir. É criminoso contemplar sem reação o espetáculo de miséria que se espalha pelas cidades

e pelos campos.

Atender as necessidades dos brasileiros carentes e marginalizados responde a mais de uma exigência do momento. Oferece oportunidade de ativar recursos produtivos ociosos. E as demandas da Nação são de tal ordem que a simples mobilização para solucionar problemas de alimentação, transporte, educação, saúde e moradia redundará em dinamismo econômico, uma vez removidas as condições potenciais de hiperinflação.

Mas, acima da questão econômica temos o compromisso político e social. É urgente responder com patriotismo, coragem e visão de Estado às expectativas mais agudas da sociedade e iniciar o resgate desta imensa dívida social.

Felizmente, há sinais de que o Brasil começa a deixar a zona sombria da recessão econômica. As variações positivas de vários índices confirmam a idéia de que a crise brasileira é basicamente institucional — e uma nova realidade política libera as potencialidades da economia.

Cabe a nós orientar estas potencialidades para que não se percam, nem desviem seus resultados para fora do País. Se vamos voltar a crescer, comecemos pelo mercado interno. E pelos setores econômicos que prescindem de importação e, portando, de divisas.

Se vamos crescer, comecemos pelo Interior, onde um imenso potencial produtor aguarda apenas uns poucos estímulos. O Brasil não quer pagar, em troca de seu desenvolvimento, o preço social e econômico representado pelas megalópoles. Os esmagadores aglomerados urbanos são fruto da mentalidade concentradora de quem visa apenas o lucro, porque tem grande compromisso com o capital — nenhum com a terra e o trabalho.

Se vamos crescer, cresçamos com consciência das grandes reivindicações nacionais, para estabelecer as linhas-mestras do desenvolvimento.

Em primeiro lugar, a necessidade de pensar continentalmente. De um progresso multipolarizado. De uma Nação integrada, em seus extremos geográficos, identificada em seus vários segmentos sociais, com os propósitos de aplainar diferenças e aproximar extremos.

Depois, a necessidade de tornar o desenvolvimento um fator de enriquecimento para os brasileiros e não para o capital internacional nômade e predador. Não falo do capital de risco que chega de outros países para ajudar a extrair petróleo do mar ou para erguer indústrias de ponta. Refiro-me ao capital que aqui entrou, quando não podíamos protestar, para controlar quase a totalidade da indústria farmacêutica, invadir o setor bancário ou até para nos vender sanduíches.

Uma das necessidades mais urgentes do País é disciplinar a presença do capital internacional entre nós, remunerando cada tipo de investimento de acordo com sua importância econômica e utilidade social.

Da mesma forma, há que disciplinar o crescimento desordenado e, muitas vezes, desnecessário das empresas estatais. Até hoje a Nação desconhece o número exato de novas empresas criadas nestes 20 anos de autoritarismo. Ou quantos cargos altamente remunerados nasceram para atender reivindicações políticas ou pressões de setores do poder.

Mas a Nação sabe que uma empresa como a NUCLEBRÁS desativou imensos programas de produção de energia, mas não desmobilizou o pessoal envolvido nestes programas, como faria qualquer empresa privada ao perder uma área de trabalho.

Entretanto, a urgência maior talvez seja devolver a administração pública a níveis adequados de austeridade, eficiência e competência. Mais do que qualquer reforma, esta restauração terá efeitos surpreendentes sobre a vida nacional. Os brasileiros saberão que podem pagar seus impostos em dia, porque não serão em número excessivo e nem de natureza confiscatória; e porque ninguém mais se beneficiará de anistias fiscais. Terão a certeza de que para vencer uma licitação basta oferecer o melhor preço e o melhor serviço. Descobrirão que para ser permissionários ou concessionários de serviço público não é mais necessário apadrinhamento.

Em resumo: os brasileiros saberão que se encontram em outro Brasil. O Brasil da confiança. O Brasil do respeito ao trabalho. O Brasil do compromisso com as leis. O Brasil de Tancredo.

Senhores:

Temos certeza de que estamos às vésperas de importantes modificações no panorama nacional. Teremos um Governo com credibilidade e confiança popular. Veremos a Federação restabelecida em toda a sua plenitude. Participaremos da reforma jurídico-institucional que adequará a legislação brasileira ao tempo e às necessidades presentes. Teremos justiça social, com a dignificação do trabalhador. Veremos a administração modernizada e moralizada.

E, não tenho dúvida, iniciaremos um combate duro, difícil, mas decisivo, contra a inflação. Este é o grande inimigo que falta vencer. Um inimigo que rói durante a noite o salário do trabalhador, que, no dia seguinte, encontra os preços remarcados e inacessíveis ao seu poder aquisitivo. Um inimigo que destrói o capital do empresário pequeno ou médio e leva mesmo as maiores empresas a correr aos bancos. Tencer a inflação nos próximos anos. A estabilidade monetária não está, mas deveria estar entre os

direitos fundamentais dos cidadãos.

Finalmente, contemplamos com satisfação cívica a perspectiva de voltarmos a escolher nosso Governo. É um direito pelo qual lutamos na escola, na imprensa, nas ruas. Esse direito nós o conquistamos pela força de nossa união. Se soubermos permanecer unidos em torno de nosso ideário democrático, ninguém, nunca mais, o tomará de nós.

O caminho da união dos brasileiros, num supremo esforço de reconstrução nacional, é o de uma humilde e perseverante desambição pessoal, capaz de promover o entendimento, de afastar as forças estranhas à realidade nacional do processo político. E também de participação objetiva, de caráter prático, que materializamos hoje, com a entrega do documento denominado "Carta do Paraná".

E o ponto de convergência de nossa união é o presidente Tancredo Neves. Ele tem nosso apoio para que possa, com ajuda de todos, devolver o Brasil à alegria de seus dias de antigamente, agora dotada de novos elementos: a confiança na capacidade do povo, a certeza da vantagem da democracia, da conveniência do governo honrado, do governo que estimula o trabalho em vez de monopolizá-lo, do governo que devolve ao País as duas grandes novidades deste século, duas forças eternas que no século XIX o cetismo pretendeu e na primeira metade do século XX o fanatismo procurou suprimir no governo dos homens: o espírito do cristianismo e o espírito da liberdade. Que, em outras palavras, são o amor ao próximo e o respeito de cada um pela dignidade de sua condição.

Obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS
ANAIIS DA CASA, FOI APROVADA A
REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
ADHAIL SPRENGER PASSOS,
EM SESSÃO DO DIA
11 de dezembro de 1984.

CARTA DE CONCLUSÕES

SIMPÓSIO "ALTERNATIVAS PARA A POLÍTICA MINERAL NO PARANÁ"

As possibilidades reais de mudanças políticas no País, assentadas na luta democrática do povo e em suas conquistas reais nos últimos anos, coloca em debate todas as questões-chave da vida brasileira.

Entre elas, sem dúvida, está a política mineral, necessária ao esforço da recuperação nacional e da restauração da soberania completamente perdida, em anos de vigência do autoritarismo e arbítrio.

Os geólogos, enquanto categoria ligada à questão, não podem deixar de expressar seus anseios e manifestar suas contribuições para que possam ocorrer mudanças profundas, e que são do interesse de todo o povo brasileiro.

Tendo como referência principal o futuro independente da Nação brasileira e o fortalecimento regional do setor mineral, os geólogos do Estado do Paraná apresentam, como consequência dos debates realizados por ocasião do "Simpósio de Alternativas para a Política Mineral no Paraná", as conclusões sobre os temas de maior relevância ali debatidos, sem deixar de reconhecer que permanecem ainda diversas outras questões que mereceriam destaque, além do necessário aprofundamento e detalhamento dos pontos a seguir apresentados.

1. RETOMADA DOS LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS BÁSICOS

Uma das responsabilidades principais do Estado para com o setor mineral, e conseqüentemente aliado ao desenvolvimento sócio-econômico do País, é a execução de levantamentos geológicos básicos em programas contínuos e sistemáticos que forneçam detalhes progressivamente maiores, garantindo um nível de descobertas de novas jazidas, mantendo as reservas minerais conhecidas em nível adequado do abastecimento da indústria nacional. A política imediatista aplicada em todos os setores da economia, atingiu profundamente o setor mineral. Todo o esforço que vinha sendo desenvolvido no sentido de prover o País de levantamentos geológicos básicos que permitissem a manutenção do fluxo de geração de jazidas foi abortado. Estes programas, além de prover com informações básicas a indústria mineral, fornecem dados preciosos aos poderes públicos quando utilizados na ocupação e racionalização do uso do solo e na preservação do meio ambiente. Urge a discussão acerca da criação de um organismo, a nível federal, que implemente uma nova política de levantamentos geológicos básicos, evitando superposição e má utilização de recursos públicos. Às unidades estaduais, compete proceder os detalhamentos necessários e suficientes, de modo a potencializar as vocações regionais. À integração dos trabalhos dos setores públicos Federais e Estaduais, cabe assegurar a soberania desta Nação, através do conhecimento dos seus recursos minerais e da utilização destes em prol do seu povo.

2. REFORMULAÇÃO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

Os bens minerais, recursos finitos e decisivos na construção da moderna sociedade industrial, devem ter seu aproveitamento revestido de condições especiais em relação aos demais recursos naturais. O atual Código de Mineração deve sofrer uma profunda revisão, em conjunto com aquela que deverá se processar em breve com a Constituição Federal. Dentro dessa filosofia, são propostas discussões acerca dos temas que venham a resgatar e resguardar a soberania nacional sobre os recursos minerais, tais como o regime de concessão, seja de pesquisa, seja de lavra, transformando-os em contratos de vigência determinada, entre o minerador e o Estado. Os mecanismos de fiscalização, controle e normatização devem ser, na máxima medida, descentralizados aos Estados e mesmo, em casos especiais, aos Municípios, reservando-se à União os meios legais que assegurem uma unidade nacional de política mineral. Também deve ser revisto o Imposto Único sobre Minerais, no que diz respeito ao estabelecimento de seu rateio e vinculação das cotas-partes da União e Estados ao emprego direto no setor mineral. Deve ser proposta a criação de um Fundo de Exaustão Mineral que reverta aos Municípios que abriguem atividades de Mineração, de forma que alguma compensação ali permaneça ao se exaurir a jazida. O uso da água subterrânea no Brasil ainda não é regulado por qualquer legislação, devendo tal assunto ser adequadamente tratado, de forma a criar condições objetivas que levem a legislação ordinária a regulamentar a prospecção, a pesquisa e o aproveitamento da água subterrânea, recurso mineral de mais alta importância para o Brasil de hoje e do futuro.

3. A DEMOCRATIZAÇÃO NA ATUAÇÃO DAS ESTATAIS

As empresas estatais de mineração, tanto de nível federal como estadual, não devem continuar subjugadas à visão empresarial e economicista atual, perdendo a perspectiva dos benefícios e do papel social que lhes é atribuído. Além da busca pelos insumos básicos para a indústria de transformação, tais empresas devem ser direcionadas para servirem às necessidades básicas da comunidade, quais sejam: habitação, saneamento básico e problemas de insumos para a agricultura. Desta forma, a real implementação destas políticas deverá ser permanentemente medida, através de conselhos de natureza consultiva, amplamente representativo dos diferentes segmentos da sociedade, direta e indiretamente envolvidos na área de atuação da empresa. Com a avaliação periódica do desempenho

administrativo, no sentido de viabilizar resultados consentâneos com as aspirações da sociedade e com os objetivos de cada empresa, é através destes Conselhos Consultivos que se pretende dispor de mecanismos democráticos que impeçam desvios de natureza tecnocrática e/ou autoritária, que comprometam os resultados que se esperam das empresas que trabalham com recursos oriundos da população brasileira.

4. SISTEMAS ESTADUAIS DE MINERAÇÃO

É de fundamental importância a preservação e a dinamização dos sistemas estaduais de mineração, órgãos direta ou indiretamente envolvidos nas ações governamentais voltadas para o setor. Seu objetivo principal é tornar conhecidas as potencialidades de subsolo dos respectivos estados e atrair recursos para o setor, gerando emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento nas regiões mineradoras. Assim, as estatais estaduais devem trabalhar dentro de prioridades locais ou regionais que atuam como suporte na potencialização das vocações minerais regionais, através de levantamentos geológicos de semidetalhe e de detalhe. A importância dos órgãos dos sistemas estaduais de mineração está também no seu papel de fomentadores, gerando informações necessárias e divulgando-as no seio dos segmentos diretamente ligados ao setor. O direito soberano e democrático que têm os Estados da Federação, de decidirem suas prioridades em benefício da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, deve ser uma das premissas principais na atuação dos sistemas estaduais de mineração.

5. REORDENAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE MINERAÇÃO NO PARANÁ

O Estado do Paraná ainda deve ampliar a utilização dos conhecimentos geológicos e a elaboração de uma política mais de aproveitamento dos recursos minerais, que possibilitará contribuições decisivas do setor como suporte aos programas prioritários da administração pública, principalmente na área de habitação, saneamento básico e agricultura. Tanto nos setores tradicionais da mineração, como na utilização da geologia em apoio ao planejamento municipal e regional, os municípios e regiões administrativas permanecem ainda extremamente dependentes, não só de verbas, como também de diretrizes políticas mais objetivas, haja vista a existência de uma multiplicidade de organismos estaduais vinculados a diferentes secretarias, que restringem o alcance das iniciativas de cunho

técnico na área de geologia. Neste sentido é que se deve postular por um reordenamento do setor da geologia e mineração, através da criação de um órgão coordenador, amplo e representativo, constituído por representantes das entidades vinculadas ao setor; entidades técnico-científicas, associações profissionais, universidades e órgãos públicos. O referido Conselho Coordenador de Geologia e Recursos Minerais do Estado do Paraná, poderá tornar-se o embrião para a criação de uma futura secretaria de minas, desde que exista o respaldo por parte do Governo do Estado, para a implementação e consolidação das diretrizes que definem as atribuições básicas do Conselho Coordenador de Geologia e Recursos Minerais do Estado do Paraná:

- a) Integração, agilização e otimização de toda a infra-estrutura já disponível nas várias unidades administrativas do setor de geologia e recursos minerais, harmonizando os planos setoriais a cargo dos vários órgãos, e evitando a superposição de atividades e dispersão de recursos.
- b) Realização de estudos gerais e específicos, fornecendo subsídios para a viabilização e implantação de programas e projetos de pesquisas científicas e tecnológicas da administração direta e indireta do Estado do Paraná.
- c) Definir e propor mecanismos necessários à execução, acompanhamento e avaliação das atividades, visando o aumento da eficácia do setor de geologia e mineração, e ainda, controlar a execução de diretrizes básicas da política e administração convenientes à dinamização do setor.
- d) Manter gestões junto aos Governos Federais e Municipais, no sentido de orientar os dispositivos legais para a prospecção e produção mineral e proteção ao meio ambiente.
- e) Assistir à comunidade em geral nos problemas referentes ao setor de geologia e reservas minerais, por meio de contatos diretos e indiretos, sistemáticos e permanentes, através da infra-estrutura da administração regional do Estado.

O Conselho estará subordinado diretamente ao Gabinete do Governador do Estado, que exercerá a sua Presidência, e, por sua vez, a criação deste órgão não deverá e não poderá implicar em ônus adicionais

pag. 142
ao tesouro do Estado. No entanto, é necessário que o Conselho adquira conhecimento dos problemas pertinentes ao setor, antes de deliberar e encaminhar soluções.

O aporte de elementos para estudos, análise e decisões do Conselho, se fará por câmaras de assessoria técnica, que serão constituídas por profissionais pertencentes aos quadros técnicos dos órgãos das diversas secretarias ou entidades representadas.

A Associação Profissional dos Geólogos do Paraná encaminhará, oportunamente, algumas proposições acerca de programas prioritários, como resultado dos debates que estarão em desenvolvimento, e que não pretendem esgotar o leque de opções do setor, mas consistem em contribuição para o direcionamento básico da ação governamental.

Curitiba, 04 de dezembro de 1984.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO
NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA
A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
ADHAIL SPRENGER PASSOS,
EM SESSÃO DO DIA
11 DE DEZEMBRO DE 1984.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO
DIRETÓRIO REGIONAL DO PARANÁ
COMISSÃO EXECUTIVA

SUMÁRIO DO
SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE
POLÍTICA ENERGÉTICA, ENERGIA E SOCIEDADE

Curitiba, 4 a 6 de dezembro de 1984.

ATUALIDADE E PERSPECTIVAS DA
POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA

Refletindo o caráter arbitrário do regime implantado em 64, a política energética seguida em nosso País não fugiu a algumas regras básicas dos governos que se sucederam neste período.

Assim, sistematicamente, dificultou-se ao máximo o acesso às informações por parte do público, desencorajou-se qualquer debate, decidiu-se sempre a portas fechadas sobre questões de mais alta relevância para o cotidiano de todos os cidadãos.

O resultado final da política energética gerada neste ambiente não poderia ser mais grave: implantou-se no Brasil um modelo energético cujas características principais poderiam ser resumidas por suas características elitistas, centralizadoras e

contrárias aos interesses nacionais.

Um modelo onde as ações estiveram sempre voltadas para suprir a qualquer custo um padrão de consumo inadequado à realidade brasileira, empregando recursos escassos ou endividando toda a nação, para manter um mercado interno seletivo à custa do constante decréscimo da qualidade de vida do povo brasileiro.

Em 1983, elevou-se a 33% a participação dos derivados de petróleo no consumo final de energéticos no Brasil, contra 30% de energia hidrelétrica e 2,9% de álcool. Enquanto isso, apesar dos esforços concentrados na exploração antecipada de nossas reservas, e da propagada redução no valor da importação de petróleo, este item cresceu percentualmente de 35% em 1979 para 53% em 1983, se considerarmos o total das importações brasileiras.

No Brasil, em 1983, os 4% mais ricos da população consumiram tanta energia direta quanto os 66% mais pobres, sendo que somente estes 4% foram responsáveis pelo consumo de 36% de todos os derivados de petróleo. Este quadro de consumo elitista e selecionado se agrava se considerarmos a desigual capacidade aquisitiva destes setores com relação a bens de alta concentração energética como por exemplo, os automóveis que ocupam grande quantidade de produtos siderúrgicos e petroquímicos.

A verdade é que, sem permitir à sociedade brasileira outro tipo de escolha, impôs-se nos últimos vinte anos, uma completa e total integração do Brasil à chamada "civilização do petróleo", exatamente o energético cujas reservas são muito limitadas em nosso país e sobre o qual está montada uma estrutura de produção dominada por oligopólios transnacionais

Além disto, analisando nossa estrutura de demanda de energia por setor, podemos verificar a importância que têm os derivados de petróleo no item transportes.

| BRASIL 1983 – ENERGIA TOTAL CONSUMIDA PELO SETOR | | | |
|--|--|--|----|
| | | | % |
| INDÚSTRIA | | | 39 |
| TRANSPORTE | | | 20 |
| RESIDENCIAL | | | 20 |
| (OUTROS (Agricultura, serviços, etc) | | | 20 |

| BRASIL 1983 – ENERGÉTICOS CONSUMIDOS POR SETOR | | | |
|--|-----------------------|------|---|
| | | | % |
| INDÚSTRIA | eletricidade | 45,5 | |
| | biomassa | 24 | |
| | derivados de petróleo | 16,8 | |
| TRANSPORTES | derivados de petróleo | 84,7 | |
| | álcool | 14 | |
| | eletricidade | 1,2 | |
| RESIDENCIAL | lenha | 50 | |
| | eletricidade | 33 | |
| | derivados de petróleo | 16 | |

Confirmando o caráter elitista do uso deste petróleo utilizado em transportes, o consumo com automóveis e aviões chega a ser 3,5 vezes maior que o consumo em transportes coletivos de passageiros, como trens e aviões.

Por outro lado, é importante notar que o transporte ferroviário, apesar de sua eficiência, consome apenas 4 por cento do diesel utilizado no Brasil, contra 67 por cento consumidos no transporte rodoviário.

Esta situação torna-se ainda mais grave, se considerarmos que numa perspectiva de retomada do crescimento, o consumo de petróleo no setor rodoviário tende a rapidamente reagir, crescendo outra vez a ritmos já vertiginosos no passado.

Todo este quadro confirma a urgência e a necessidade do novo governo adotar a primeira e mais importante tese do Programa do PMDB, quanto a questão energética: "... é preciso mudar a estrutura dos transportes nacionais, privilegiando o transporte coletivo em detrimento do individual e o transporte ferroviário, fluvial e marítimo, em relação ao rodoviário".

Sem esta mudança, para a qual será preciso neutralizar forças e interesses poderosos, não será possível alterar o modelo energético atual; e alterá-lo é vital para melhorar a qualidade de vida das camadas mais pobres da população.

ATUALIDADES E PERSPECTIVAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

O setor de energia elétrica se apresentava, há 15 anos, em uma situação econômica e financeira bastante boa, situação esta que, ao longo do anos, se deteriorou até chegar à atual situação próxima da insolvência e com o setor endividado e sem recursos para garantir a expansão futura necessária ao atendimento do consumidor.

Esta situação resultou de uma série de medidas errôneas e prejudiciais ao setor, frutos em última instância, da excessiva centralização e de conflitos institucionais como a ELETROBRÁS, planejadora e coordenadora do sistema X ELETROBRÁS proprietária de seis empresas elétricas, DNAEE X SEPLAN, no tocante às tarifas, ELETROBRÁS X NUCLEBRÁS, no caso do programa nuclear.

Entre essas medidas destacam-se a equalização tarifária, (premiando a ineficiência), contenção tarifária (conduzindo a baixa rentabilidade), endividamento externo (crescimento excessivo do serviço da dívida), prioridade para obras caras (comprometendo os escassos recursos), e utilização fora do setor, de recursos gerados por ele (quota federal do IUEE).

Na superação da crise, cabe considerar dois aspectos, um a curto prazo e outro a meio e longo prazo:

1. Como absorver a herança destes 15 anos de má gestão e reconduzir a curto prazo o setor a uma situação financeira pelo menos razoável, sem no entanto, sobrecarregar excessivamente o consumidor e o contribuinte.
2. Como orientar o setor para que no futuro as decisões, no que tange à expansão e operação do sistema elétrico, se oriente de forma racional, beneficiando o consumidor.

No tocante ao primeiro ponto, cabe inicialmente um balanço para verificar objetivamente quais das obras antieconômicas planejadas, ou em construção, ainda podem ser canceladas, sem prejuízo excessivo e quais já se acham em estágio irreversível.

A seguir, seria analisado realisticamente, como os encargos financeiros destes, bem como os de Itaipu e Tucuruí, possam ser absorvidos, seja pelo próprio setor, seja por aporte de recursos do Governo Federal.

Cabe ainda a curto prazo, uma revisão da estrutura tarifária para (1) repartir de forma socialmente justa os custos da energia elétrica,

(2) elevar os níveis tarifários para que a arrecadação cubra os custos das empresas, (3) simplificá-la, eliminando uma variedade de tarifas especiais, descontos e subsídios, e (4) adequá-la a estrutura de custos de cada concessionária, abolindo de vez a unificação tarifária.

Com vistas a um futuro mais distante, deve-se tornar as empresas estaduais mais autônomas, garantindo a sua participação efetiva no planejamento e operação do sistema, dando-lhes a liberdade de contratar entre si fornecimento de energia, independentemente das empresas federais, obrigando-as, em contrapartida, a arcar com os seus próprios erros de planejamento e respondendo perante seus consumidores, pela tarifa e pela qualidade de serviço que lhes presta. Neste contexto cabem evidentemente, a eliminação dos instrumentos de transferência de recursos entre empresas.

Acredita-se que estas regras, pela concorrência que geram, aliada a uma pressão legítima do consumidor, sobre as concessionárias, possam conduzir a um planejamento e uma operação pelo mínimo custo, que em última instância, beneficiariam o consumidor e também o contribuinte.

Todas estas medidas saneadoras permitirão ainda, às concessionárias, expandirem seu atendimento, através da ampliação dos investimentos em distribuição e transmissão, democratizando o uso da eletricidade.

A QUESTÃO DO PETRÓLEO

Não há solidez possível para uma economia baseada em energéticos importados. A urgente revisão da importância da indústria automotiva na economia brasileira impõe-se com a necessidade de repensar-se o atual perfil de demanda energética. Isto não significa, no entanto, que poderemos, de um momento para o outro, abandonar a utilização do petróleo. Por outro lado, os esforços da nação, no setor petrolífero, demonstraram largamente ter o Brasil grande capacitação tecnológica para buscar novas reservas.

Assim, é preciso aumentar os esforços em prospecção e exploração, corrigindo a distorção havida no final dos anos 70, quando a distribuição ocupou grande quantidade de recursos, corrigindo os desvios da política de extração antecipada de reservas.

Da mesma forma, é preciso rescindir os contratos de risco com as empresas estrangeiras que comprovadamente não tenham capacitação

técnica nem interesse em descobrir novas reservas, uma vez que nossa situação de carência não admite a transformação destas áreas em reservas estratégicas dos oligopólios internacionais.

Paralelamente, é preciso estimular o desenvolvimento tecnológico da indústria de bens de capital, para exploração do petróleo, setor onde ainda são muitos os contratos atribuídos a empresas estrangeiras de igual ou menor capacitação do que as nacionais.

Urge, ainda, rever a atual política centralizada de preços dos derivados de petróleo, regionalizando-os segundo parâmetros reais, sem incompatibilizá-los com os objetivos regionais de desenvolvimento.

Além disto, sabe resguardar os interesses dos estados produtores, destinando "royalties" pela extração em seu território e bacia continental.

Especial atenção deve ser destinada ao aproveitamento do gás natural, criando as estruturas institucionais específicas para sua exploração, que admitam a participação de empresas energéticas estaduais.

É preciso, ainda, analisar cuidadosamente o ocorrido com os projetos de industrialização do xisto, postergados sem maiores explicações, apesar da importância estratégica deste energético e dos custos relativamente atraentes alcançados por extração do óleo sintético.

A QUESTÃO DO CARVÃO

I — A Situação Atual do Carvão no Contexto Energético Nacional

1. O carvão representa 58,57 por cento das reservas energéticas não renováveis do Brasil e participa somente com 9,87 por cento do consumo energético, dos quais, 6,25 por cento em forma de carvão metalúrgico e 3,62 por cento de carvão vapor.
2. Tem-se que 100 por cento das reservas conhecidas de carvão concentram-se no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, dos quais 91 por cento acham-se no Rio Grande do Sul e 60 por cento, especificamente, na região de Candiota, enquanto que a maior demanda provém dos Estados de São Paulo para o Norte.
3. A malha ferroviária do Sul do Brasil está obsoleta, podendo, com esforço, avançar da capacidade de transporte de 2 milhões de t/ano para 5 milhões de t/ano, insuficiente para o escoamento da produção regional.
4. O porto do Rio Grande não se encontra

- aparelhado para o escoamento da produção de carvão, assim como há deficiência para o recebimento nos portos que abastecem os Estados consumidores, destacando-se o congestionado porto de Santos.
5. Inexistem mecanismos eficazes de controle ambiental na produção, exploração e uso do carvão energético.
 6. O custo atual do carvão é alto, dada a carência de tecnologia adequada de lavra, beneficiamento e uso.
 7. A qualidade dos carvões brasileiros não é necessariamente fator inibidor para o seu uso.
 8. A forma de comercialização adotada pela CAEEB tem estabelecido hiatos entre o produtor e o mercado consumidor, com sérios prejuízos para a continuidade de suprimento. A falta de intercâmbio de informações entre o mercado consumidor e os produtores inibe a adequação tecnológica do setor.
 9. Desde 1922, as soluções básicas para o desenvolvimento do setor carbonífero já se acham esboçadas, porém o grave entrave para a sua implementação e continuidade está no grande número de órgãos atuando no estabelecimento de sua política (18 entidades).
 10. A concentração dos recursos federais nas áreas de petróleo, energia nuclear e hidroeletricidade tem relegado a segundo plano o efetivo aproveitamento de reservas da magnitude de 8 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo provenientes do carvão mineral, energético inteiramente nacional.
 11. A situação atual do setor não permitiu que o Plano Nacional do Carvão atingisse suas metas. A demanda atual, embora reprimida pela conjuntura econômica, está em retração pela descontinuidade na política global, que gerou perda de confiança por parte do mercado. Apesar disso, persiste a política de importação do carvão, quer energético, quer metalúrgico, em detrimento da indústria nacional, a qual, sempre que solicitada, respondeu adequadamente, em produção ou qualidade;
 12. Os critérios vigentes no estabelecimento do preço de venda do carvão, baseados nos custos das empresas mineradoras, favorecem a baixa eficácia, em função de que custos maiores geram preços também maiores.
 13. Numa escala de custos unitários da

energia, do mais caro para o mais barato, o carvão ocupa o décimo quinto lugar, superando apenas a lenha e o carvão vegetal.

II — PROPOSIÇÕES PARA O SETOR CARBONÍFERO

1. Unificar a política e a ação do setor carbonífero, pela criação do órgão nacional específico para tratar do setor, com capacitação técnica e poder decisório.
2. Os fatores determinantes para a utilização do carvão são o mercado e o baixo custo. Assim, o carvão deve ser tratado sob o enfoque sistêmico, que permita ao minerador atuar junto ao mercado, incorporando a visão do produto em função da redução de custo e da adequação tecnológica. A intermediação deve considerar esta realidade.
3. O setor deverá dispor de recursos suficientes para:
 - implantação de planta-piloto de uso eclético, que contemple a participação dos produtores, da indústria de base e comunidade científica, para simulação e desenvolvimento de tecnologia adequada de lavra e processamento;
 - desenvolvimento de tecnologia para o uso energético do carvão;
 - adequação dos altos fornos da siderurgia nacional para maximizar o uso do carvão metalúrgico brasileiro;
 - revisão das especificações dos carvões oferecidos ao mercado consumidor, buscando melhor adequá-los às suas exigências;
 - Definição de novas formas de uso do carvão mineral brasileiro, abrangendo alternativas como combustíveis líquidos e gasosos, briquetes especiais, etc;
 - amplo aproveitamento dos seus resíduos e subprodutos;
 - desenvolver medidas concretas de proteção ambiental;
 - desenvolver a formação de mão-de-obra;
4. Promover a redução do custo do transporte marítimo e ferroviário através de:
 - implantação de terminais portuários para embarque e recebimento do carvão, com prioridade para os portos de Rio Grande e Santos, e demais portos próximos do mercado consumidor;

- adequação das condições da malha ferroviária do Sul, de modo a viabilizar o transporte intensivo do carvão e outros graneis, tendo em conta que 50 por cento do consumo de óleo diesel no País deve-se ao transporte rodoviário entre São Paulo e os Estados do Sul.
- 5. Criar linhas de financiamento ao setor carbonífero, dando-se prioridade à implantação de minas de maior economicidade e à pesquisa tecnológica. Em caráter de emergência, atualizar a liberação de recursos constantes do programa do PME para os empreendimentos em fase de implantação.
- 6. Autorizar a PETROBRÁS, a exemplo das grandes empresas petrolíferas internacionais a explorar o carvão como substituto do petróleo.
- 7. Manter o atual sistema de subsídios e gradativamente reduzi-los pela prática de tecnologias mais adequadas, que permitam a redução dos custos de produção e pelas medidas que visem a redução dos custos do transporte marítimo e ferroviário.
- 8. Desenvolver e consolidar mercados para o carvão, além dos da termoelectricidade e cimento.
- 9. Adotar caráter seletivo nas liberações de importação de carvão, com consulta mandatória aos produtores, a exemplo do que é praticado para o setor industrial.
- 10. Estabelecer uma política de preços que procure a maior eficácia de produção, em substituição à atual.

O ÁLCOOL

1 – A SITUAÇÃO ATUAL DO ÁLCOOL NO CONTEXTO ENERGÉTICO:

1. O PRO-ÁLCOOL, apesar dos vícios de uma implantação sem consulta à sociedade, é o programa que usa a energia da biomassa uma das alternativas mais viáveis para substituir o petróleo.
2. O Brasil, pela sua localização, detém 50 por cento da reserva potencial de energia da biomassa do mundo. Recebe a energia solar equivalente a 130.000 ltaipus funcionando 24 horas por dia.
3. Enquanto a energia do petróleo é centralizadora, a energia da biomassa é

descentralizadora, pois somente um regime policial consegue centralizar a energia da biomassa.

4. O PRO-ÁLCOOL foi implantado ainda sob a filosofia da energia centralizadora do petróleo, aí situando-se suas grandes contradições:
 - a centralização da produção em mãos de poucos grupos e a incorporação do vício histórico da ditadura da moeda;
 - a concentração fundiária na produção da matéria prima;
 - a baixa qualidade do emprego oferecido;
 - a escala de produção em crescimento vertiginoso, com algumas usinas produzindo mais de 1 milhão de litros/dia;
 - a política de preço nacional, onde o frete para atingir certas regiões é seis vezes o preço de venda do álcool.
5. O álcool tem substituído a gasolina, mas o gargalo da dependência do petróleo é o óleo diesel.
6. A exportação da tecnologia do álcool tem sua clientela nos países das regiões intertropicais do terceiro mundo, que não dispõem de recursos para importar.
7. O uso do álcool tem contemplado o transporte individual.
8. O crescimento da produção agrícola para a anergia da biomassa tem desrespeitado o Estatuto da Terra e não dispõe de planejamento a longo prazo, que permita o zoneamento agrícola capaz de evitar o conflito de uso com áreas destinadas à produção de alimentos.
9. A dependência da energia do petróleo, gerando altos custos de transporte, inviabiliza a ocupação racional de grande parte do território brasileiro. Isto gera situações de concentração industrial como Cubatão, onde a economia de fretes prevalece à qualidade de vida.
10. O uso da energia da biomassa envolve o núcleo do poder, a nível mundial, na inelutável necessidade de substituição da energia do petróleo. Envolve, no Brasil, a sua soberania.
11. Ao ter seu abastecimento garantido pelo uso de transporte com energia de petróleo, uma cidade como São Paulo fica totalmente dependente do que ocorrer com o suprimento mundial do petróleo.
12. Como exemplo da distorção de preços na

importação de petróleo, tem-se que o soja produzido em um hectare de terra, hoje exportado, permite a aquisição de 7 a 8 barris de petróleo. O mesmo hectare, cultivado com mandioca, cana ou sorgo, permite a produção equivalente, em álcool, de 19 barris de petróleo.

II – PROPOSIÇÕES

1. Desestimular a utilização do álcool excessivamente para veículos de passeio. Priorizar a utilização do álcool em veículos de produção, principalmente utilitários, caminhões até 21 toneladas, tratores agrícolas e no transporte coletivo. Este objetivo poderá ser alcançado através da política diferenciada do IPI.
2. Priorizar o uso do álcool para substituição do óleo diesel, que tem sido o gargalo da dependência do petróleo. Para isso, deve ser desenvolvido o motor do ciclo OTTO, especialmente projetado para utilização de álcool em veículos utilitários, pesados e semi-pesados; utilizar o álcool aditivado na proporção de 7 por cento de modo a permitir sua utilização em motores Diesel, sem quaisquer alterações.
Este aditivo pode ser produzido com tecnologia brasileira, a partir do bagaço da cana e a preços competitivos.
3. Descentralizar a produção. As usinas deverão ser distribuídas ao longo do espaço nacional, de modo que o álcool produzido em uma determinada região, seja nela consumido, economizando gastos de transportes. Evitar o que ocorre com os derivados de petróleo, cujo transporte a regiões longínquas, causa distorções no preço final unificado.
4. Utilizar, preferencialmente, de micro, pequenas e médias usinas, em vez de usinas gigantes que acentua a concentração de rendas, geram problemas sociais e complicam a distribuição.
5. Ampliar o desenvolvimento de outras alternativas baseadas na biomassa, além do PRO-ÁLCOOL, como o PRO-DIESEL desenvolvido a partir do óleo de dendê, que apresenta características de utilizar área agrícola bem menor, e pode ser desenvolvido em regiões equatoriais onde se dispõe de enormes áreas.
6. Incentivar o cooperativismo para a produção da energia da biomassa.

7. Coibir a concentração fundiária da produção da cana, através do estabelecimento de módulos máximos de produção, aplicação do Estatuto da Terra e obrigatoriedade da diversificação da produção.
8. Descentralizar o poder de decisão para a autorização de novas usinas, incluindo a consulta necessária ao município e à população a serem beneficiados.
9. Passar a responsabilidade da administração do Fundo Social do PRO-ÁLCOOL para os sindicatos e as prefeituras que sediam as plantações de cana.
10. Desenvolver ações para ocupação da mão-de-obra na entressafra, evitando-se a figura do "bóia-fria", principalmente através da diversificação da cultura agrícola.
11. Planejar o crescimento da cultura energética x alimentos, a longo prazo, estabelecendo zoneamento agrícola, compatível com a produção para atender aos mercados interno e externo.
12. Criar linhas de financiamento específico para a exportação de tecnologia do álcool para os países situados nas zonas intertropicais do terceiro mundo.
13. Ampliar a discussão do PRO-ÁLCOOL como forma de corrigir as distorções sociais, o elitismo atual, melhora do emprego gerado e proteção ambiental permanente.
14. Estimular a utilização do bagaço como substituto energético da lenha.

FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ENERGIA

Uma visão retrospectiva sobre a História da utilização da energia no mundo, ou uma visão geral de como o homem tem se utilizado da energia nestes últimos séculos, para constituir e desenvolver suas sociedades, mostra aspectos muito relevantes que devem ser levados em consideração por quem pretende disciplinar e planejar o setor energético brasileiro.

Uma análise expedita desta História permite concluir que:

- os energéticos participam do mercado de energia, de forma cíclica;
- no passado, o único energético tinha expressão relevante;
- à medida que o tempo passa, a utilização dos energéticos torna-se mais complexa e a tendência é de que todos os energéticos tenham

participações quantitativas muito semelhantes;

- os períodos de transição de um energético para outro, no passado, foram de aproximadamente cinquenta anos.

Destas observações, podemos inferir que a sociedade moderna está a exigir pesquisa de produção e utilização de novas formas de energia, assim como está a exigir urgentemente um gerenciamento energético.

As sociedades atuais apresentam, como sempre apresentaram, características especiais que as diferenciam entre si. Aquilo que é correto e admitido em consenso como benéfico para alguns países, pode não ser para um País como o nosso.

O Brasil é um país situado numa zona intertropical e portanto, de exposição solar abundante. Existem áreas onde se produz de forma científica e controlada cerca de quarenta toneladas de carbono por ano de biomassa florestal. Este aspecto, por exemplo, deverá ser ponderado cautelosamente no nosso caso específico, e fatalmente influirá na priorização dos programas energéticos brasileiros.

De fato, o que se pretende propor é um conjunto de iniciativas, decisões e providências com vistas à produção ou geração, ao transporte, à distribuição e à utilização de energia no Brasil, em suma, um gerenciamento energético que:

- visa atender:
 - as necessidades energéticas da sociedade;
 - aos interesses econômicos nacionais;
 - aos requisitos da segurança nacional;
- e que tem as seguintes responsabilidades:
 - social: porque pretende melhoria da qualidade de vida da sociedade;
 - econômica: porque tem influência relevante na normalização da situação econômica brasileira;
 - política: porque diz respeito à autonomia e segurança nacional.

O gerenciamento energético pretendido e sugerido, objetiva as seguintes grandes metas:

- garantir o adequado suprimento de energia visando a manutenção de um grau de desenvolvimento econômico apropriado;
- intensificar a utilização dos recursos naturais existentes como meio de acelerar o processo de desenvolvimento econômico;
- promover a oferta de energia proveniente de fontes alternativas, preferencialmente renováveis;
- tratar a energia de forma regional visando o seu consumo racional;

- cooperar na busca de soluções para o problema energético brasileiro, identificando os energéticos regionais disponíveis e estabelecer prioridades na sua utilização.

Todas estas metas não devem perder de vista os anseios e necessidades da sociedade sob a seguinte prioridade de níveis:

- micro-regionais
- regionais
- nacionais.

Esta avaliação e planejamento nacional no campo da energia, podem ser implementados através de:

- um órgão superior a nível de Ministérios envolvidos direta ou indiretamente com o problema energético e que estabeleça de acordo com os Estados, a MODELAGEM ENERGÉTICA NACIONAL, delegando aos mesmos, de forma centralizada:
- o planejamento e a coordenação de seus próprios programas energéticos;
- a implantação das obras relativas aos seus programas energéticos;
- um órgão superior a nível de Governos Estaduais, que estabeleça de acordo com o Governo Federal, a MODELAGEM ENERGÉTICA ESTADUAL; para cada unidade da Federação.
- uma legislação apropriada, estabelecida pelo Governo Federal, que determine a origem de recursos para os programas energéticos dos Estados, para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao uso de energéticos regionais, e que permita a utilização racional da energia, prescrita pela MODELAGEM ENERGÉTICA NACIONAL, através, por exemplo, do ALVARÁ ENERGÉTICO.

ATUALIDADE E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA

A atualidade nuclear no Brasil, se apresenta de uma forma bem clara para o PMDB que, no seu programa, afirma sustentar "a ampla revisão do programa nuclear associado ao acordo Brasil - Alemanha", e defender "o direito e a necessidade de o País dominar a tecnologia nuclear".

Além disso, não há discordância dentro das variadas opiniões do extrato técnico e científico da sociedade quanto à total inconsistência do atual programa nuclear, baseado no infeliz acordo Brasil - Alemanha.

A irresponsabilidade com os gastos públicos decorrente desta política, não pode ser exagerada. Apesar dos protestos contra o acordo nuclear ter se tornado um discurso cansativo, listaremos um elenco de razões básicas em que se fundamentam tais protestos e algumas propostas reorientativas:

- a) na época de sua assinatura, um acordo previa num prazo relativamente curto, a instalação de oito reatores nucleares espalhados pelo País, sem que houvessem reservas de urânio suficientes sequer para alimentar o reator de Angra I.
- b) O desejo de alcançar uma independência na geração elétrica, através das centrais nucleares, foi frustrado imediatamente após constatar-se que a Alemanha vendeu uma tecnologia de enriquecimento isotópico que não funciona nem em escala de demonstração. Equivale, ironicamente, a um país pobre financiar pesquisas para um país rico, pois já foram gastos US\$ 300 milhões para nenhum resultado.
- c) Os laboratórios e a tecnologia do reprocessamento foram comprados sem que esteja claro qual o destino que será dado a seus produtos, principalmente o lixo atômico e o plutônio, altamente tóxicos do ponto de vista de contaminação nuclear. Qual a utilidade do plutônio, se não temos ou teremos a curto prazo reatores regeneradores?
- d) Ainda do ponto de vista da independência energética, deve-se salientar que as reservas mundiais de urânio provavelmente estarão esgotadas num prazo de vinte a trinta anos, prazo esse que ainda se espera alcançar no país com geração de energia elétrica, através de hidrelétricas e/ou térmicas convencionais.

As propostas reorientadoras para um programa nuclear, a serem discutidas, podem ser divididas em dois grandes grupos:

DO CENÁRIO TÉCNICO CIENTÍFICO,
formação de recursos humanos sem o qual não haverá qualquer transferência de tecnologia que se deseje ou mesmo o desenvolvimento de tecnologia própria que propicie um programa nuclear autônomo e independente do exterior;
desenvolvimento da linha de pesquisa do regenerador rápido que utiliza o tório, que é isótopo abundante no país.

DO PONTO DE VISTA TÉCNICO-EMPRESARIAL, nacionalizar a NUCLEBRÁS,

que em entendimento com as indústrias de base do país, poderá se transformar em empresa de engenharia e equipamentos, desfazendo a armadilha em que caímos com um programa de obras desnecessário e que favorece, preferencialmente, as indústrias alemãs.

ENERGIA, MEIO AMBIENTE IMPACTOS SOCIAIS

O novo Governo não pode pautar suas ações na simples revisão de programas e políticas existentes.

Antes de mais nada, é preciso reformular os conceitos, os parâmetros e os objetivos.

A correção dessas anomalias deverão se processar observando as seguintes propostas:

1. Instalação, na Nova República, no conceito de "consulta popular" quando da formulação de programas energéticos. Na França, o sistema de "enquete publique" existe desde 1917, assegurando consulta prévia à população sobre projetos que possam deteriorar o meio ambiente. Nos EUA, pratica-se o sistema de "open meetings" e de "public hearings", mostrando uma administração aberta, da qual o público participa.

(Esse conceito parte da tendência de se encarar o meio ambiente como "coisa pública", da qual o Estado é um mero gestor, visando seu aproveitamento coletivo e ampla participação popular nos projetos que determinem sua utilização).

2. Prioridade às questões sociais, observando criteriosamente a população expulsa de seu habitat dando a estes compensação idêntica a que possuíam antes da implantação dos complexos energéticos; com participação dos setores envolvidos de forma paritária na discussão das indenizações.
3. Nos projetos hidrelétricos que envolvam a inundação de extensas áreas férteis deverão ser avaliadas em função do potencial agrícola verificando-se o balanço econômico.
4. Desvincular as formulações de alternativas energéticas da megatecnologia e do monopólio privado ou estatal.
5. Dar prioridade à reciclagem de matérias primas e resíduos urbanos, industriais e agrícolas. Só como exemplo existe o caso do vinhoto, resíduo altamente poluidor que, porém, se reprocessado, pode substituir mais de 5.000 toneladas dia de óleo combustível no Brasil.
6. Descentralizar regionalmente os processos energéticos, distribuindo especialmente a energia, reduzindo seus custos de distribuição e

racionalizando o seu consumo.

7. Reorientar o modelo agrícola brasileiro para uma utilização adequada dos recursos naturais, visando sua auto-sustentação energética e ecológica, bem como a estabilidade da estrutura fundiária. Esta reestruturação fundiária só pode ocorrer a partir de uma Reforma Agrária, ampla e com participação popular.

8. Apoiar programas energéticos ecologicamente sustentáveis e de balanços energéticos equilibrados.

9. Readequar o Programa Nuclear Brasileiro às condições sócio-econômicas ambientais e às demandas energéticas reais.

10. Reorientar o PRO-ÁLCOOL às culturas de Balanço energético equilibrado, não concentrador de capital e propriedade, estabelecendo facilidades industriais, observando os fatores agro-eco-sociais locais.

11. Estabelecer obrigatoriamente a vinculação da reconstituição de áreas ineiradas como fator de custo previamente integradas ao custo final de produção.

12. Estabelecer a auto-sustentação obrigatória dos sistemas agro-industriais dependentes de combustíveis de biomassas através de uma política definida de uso e renovação de fontes energéticas.

13. Viabilizar recursos para o acompanhamento das variações ambientais provocadas pelas mega-obras existentes. Esses recursos, compatíveis com as extensões dos dados observados e previstos podem, dentre outras destinações, ser integrados à composição financeira dos "royalties" a serem obtidos pelos Estados brasileiros que, em nome do bem comum, cederam espaços, terra e riquezas para a concretização desses empreendimentos.